DENARIUS

O MERCADO MAIS PERTO DE VOCÊ

20ª Edição

Este Boletim foi elaborado pelo corpo técnico do Denarius, a partir de estudos internos e com informações de mercado divulgadas por órgãos oficiais. O material é direcionado aos profissionais da área econômico--financeira que estejam interessados em compreender, de forma simples e direta, a influência da economia no dia a dia de sua atuação. A FIPECAFI é uma instituição apoiadora do projeto, mas não possui responsabilidade técnica sobre as análises e informações aqui divulgadas.

Expediente (comissão organizadora do evento: relação das pessoas responsáveis pela publicação);
HEAD EDITORIAL: Edgard Cornacchione
HEAD DE PESQUISA: Fernando Dal-Ri Murcia
RELAÇÃO COM O MERCADO: Gabriel Emir Moreira e Silva
JORNALISTA: Fernanda Araujo S. Zambianco
SÉRIES E DADOS: Marcelo Souza
ESTAGIÁRIO DE JORNALISMO: Victor Boscato
DESIGNER: Bruna Coelho Cruz

Periodicidade da publicação;
Mensal

Idioma(s)
Português

Autor corporativo
Fipecafi; R. Maestro Cardim, 1170 - Bela Vista, São Paulo - SP, 01323-001

Endereço de contato;
denarius@fipecafi.org

Edição atual (com área de numeração para cada edição, deverá ter a designação numérica completa no cabeçalho da página, abaixo do título, conforme a periodicidade anual. Os artigos deverão estar disponíveis para leitura);
https://denarius.info/denarius-divulga-sua-primeira-edicao-do-ano-de-seu-boletim-economico-financeiro-com-destaque-para-a-taxa-de-desocupacao/

Edições anteriores

Primeira edição: https://denarius.info/wp-content/uploads/2021/08/Boletim-Denarius-06-08.pdf
Segunda edição: https://denarius.info/wp-content/uploads/2021/09/10-09-BOLETIM-SETEMBRO-2.pdf
Terceira edição: https://denarius.info/wp-content/uploads/2021/10/Boletim-Denarius-Outubro-1.pdf
Quarta edição: https://denarius.info/wp-content/uploads/2021/11/Boletim-Denarius-Novembro.pdf
Quinta edição: https://denarius.info/wp-content/uploads/2021/12/Boletim-Denarius-Dezembro.pdf
Sexta edição: https://denarius.info/wp-content/uploads/2022/01/Boletim-Denarius-Janeiro.pdf
Sétima edição: https://denarius.info/arquivos/07_Boletim_Denarius_Fevereiro_2022.pdf
Oitava edição: https://denarius.info/arquivos/08_Boletim_Denarius_Mar%C3%A7o_2022.pdf
Nona edição: https://denarius.info/wp-content/uploads/2022/04/Boletim-Denarius-Abril-1.pdf
Décima edição: https://denarius.info/wp-content/uploads/2022/05/Boletim-Denarius-Maio.pdf
Décima primeira edição: https://denarius.info/wp-content/uploads/2022/06/Boletim-Denarius-Junho.pdf
Décima segunda edição: https://denarius.info/wp-content/uploads/2022/07/Boletim-Denarius-Julho-1.pdf
Décima terceira edição: https://denarius.info/wp-content/uploads/2022/08/Boletim-Denarius-Agosto.pdf
Décima quarta edição: https://denarius.info/wp-content/uploads/2022/09/Boletim-Denarius-Setembro.pdf
Décima quinta edição: https://denarius.info/wp-content/uploads/2022/10/Boletim-Denarius-Outubro.pdf
Décima sexta edição: https://denarius.info/wp-content/uploads/2022/11/Boletim-Denarius-Novembro.pdf
Décima sétima edição: https://denarius.info/wp-content/uploads/2022/12/Boletim-Denarius-Dezembro-2.pdf
Décima oitava edição: https://denarius.info/wp-content/uploads/2023/01/Boletim-Denarius-Janeiro.pdf
Décima nona edição: https://denarius.info/wp-content/uploads/2023/02/Boletim-Denarius-Fevereiro-1.pdf

Índice

DENARIUS é publicação técnica apoiada pela FIPECAFI (Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis Atuariais e Financeiras).

Rua Maestro Cardim 1170
São Paulo, SP, 01323-001

20ª Edição
Março de 2023

Copyright © 2023
Todos os direitos reservados.

Referências autorizadas desde que citada a fonte.

Os textos aqui divulgados refletem a opinião dos autores, não, necessariamente, a do Denarius

FIPECAFI
Cultura Contábil, Atuarial e Financeira

4 Apresentação

5 Editorial

7 Panorama econômico brasileiro

9 Implicações para o Mercado

11 Tecnologia e inovação de negócios

14 Ponto de Vista

18 Espaço jurídico-contábil

20 Saúde e previdência

23 ESG

34 Termômetros do mercado

41 Agenda de divulgações

Apresentação

Neste mês de março, o Boletim Denarius chega a sua vigésima edição, e continuamos a acompanhar o cenário macroeconômico do Brasil e do Mundo.

O editorial "A mulher como líder empresarial", escrito por Mara Denise Poffo Wilhelm, traz uma reflexão sobre a presença feminina no mundo corporativo, em especial no papel de liderança. A autora argumenta que, apesar dos avanços nas últimas décadas, a representatividade feminina ainda é pequena em cargos de chefia, e que isso reflete a persistência de preconceitos e desigualdades de gênero.

Neste mês a coluna implicações ao mercado ficou por conta de Luciana Maia Campos Machado e Ralny Pereira Maia, que fala sobre hedge accounting, volatilidade e IFRS 9.

No Panorama Econômico Brasileiro, Simão Davi Silbe explica a dança do cenário econômico de curto prazo no Brasil devido ao conflito no leste europeu.

Na coluna sobre Saúde e previdência, Marcelo Neves faz uma análise e projeta o futuro da previdência complementar no país.

O artigo intitulado "Compliance Empresarial - Uma Ferramenta de Perpetuidade às Empresas" feito para a coluna Jurídico Contábil, explora a importância da implementação de programas de compliance para garantir a longevidade e sucesso das empresas. Os autores, Marina Sampaio Costa e Leonardo Theon de Moraes, apresentam argumentos convincentes para que as empresas adotem medidas de conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis, bem como padrões éticos e morais elevados.

Já em Tecnologia e Inovação, Marcus Marques ressalta o papel de importância que a tecnologia exerce nos dias de hoje para os negócios.

Já na coluna ponto de vista, Elder Maciel explica o passo a passo para a conformidade legal para as empresas.

Por fim, na nossa coluna de ESG, o professor José Roberto Kassai, Guillermo Oscar Braunbeck, Fernando Dal-Ri Murcia, Eduardo da Silva Flore, João Mangabeira e Vania Maria da Costa Borgerth comentam sobre o balanço contábil das nações e a situação privilegiada do Brasil frente ao resto do mundo.

Destaques da edição

INFLAÇÃO

o IPCA de fevereiro apresentou alta de 0,84%. Em 12 meses, no entanto, o acumulado foi menor do que no mês anterior, registrando agora 5,60%.

EMPREGO

taxa de desocupação cai a 7,9% no trimestre finalizado em dezembro. O percentual corresponde a 8,6 milhões de pessoas. Com o resultado, a taxa média anual do índice foi de 9,3% no ano, a menor desde 2015, sinalizando uma tendência de recuperação que ultrapassa o patamar pré-pandemia.

JÚROS

segue em 13,75% a.a.. A próxima reunião que decidirá os rumos da Selic será realizada em 21 e 22 de março.

PIB

fechou 2022 com crescimento de 2,9%, sendo uma retração de 0,2% no último trimestre do ano.

Para ter acesso a outros conteúdos, visite nosso site denarius.info e mantenha-se atualizado com análises e estimativas do mercado econômico-financeiro.

A MULHER COMO LÍDER EMPRESARIAL

As empresas perceberam que investir em líderes femininas vai além de respeitar, tão somente, a igualdade de gênero. Contar com a participação da mulher no meio empresarial e econômico impulsiona as oportunidades e permite uma maior diversidade e inclusão, o que favorece na tomada de decisões estratégicas.

Por Mara Denise Poffo Wilhelm

O Dia Internacional da Mulher é uma data comemorativa celebrada anualmente, no dia 8 de março, propiciando um momento de reflexão sobre o papel da Mulher, seus direitos, desafios e conquistas. Esse artigo visa apontar algumas considerações, em especial no meio profissional, cuja presença feminina vem se destacando em cargos de liderança e gestão.

Estatisticamente, as mulheres possuem menos oportunidades de crescimento profissional. Cada vez mais estão se especializando para obterem a chance de concorrer a cargos de alta gestão, mas infelizmente todo esse esforço não é retribuído quando se compara com o salário dos homens na mesma posição.

Tanto é assim que, recentemente, o Governo Federal anunciou uma série de medidas e políticas públicas voltadas a igualdade de direitos das mulheres, que tem como objetivo estabelecer regras para que as empresas sejam mais transparentes e para fortalecer a fiscalização e o combate à discriminação salarial.

Segundo o Índice de Igualdade de Gênero da Bloomberg de 2023, que acompanha o desempenho de empresas públicas dedicadas a relatar dados relacionados a gênero, houve um aumento de 11% na contratação de mulheres em comparação ao ano anterior, além de que 71% das empresas pesquisadas afirmaram estar buscando mecanismos para respeitar a igualdade entre homens e mulheres.

Todavia, este crescimento não é identificado nas carreiras jurídicas, em que estudos demonstram uma queda da participação das mulheres nos tribunais e cargos de liderança em escritórios de advocacia. Apesar de no mundo jurídico haver grande participação feminina, há certa dificuldade estrutural quando se trata da ascensão das mulheres aos cargos de liderança e gestão.

No ambiente empresarial, as empresas estão se conscientizando e tomando medidas para garantir a igualdade no pagamento entre homens e mulheres, a fim de eliminar a disparidade existente e fomentar a igualdade de oportunidades entre gêneros.

Isto porque, as empresas perceberam que investir em líderes femininas vai além de respeitar, tão somente, a igualdade de gênero. Contar com a participação da mulher no meio empresarial e econômico impulsiona as oportunidades e permite uma maior diversidade e inclusão, o que favorece na tomada de decisões estratégicas.

Independentemente das políticas públicas adotadas pelo governo e das iniciativas das empresas, as mulheres estão cada vez mais à frente dos seus direitos e buscam estar inseridas em todos os espaços.

A título de exemplo da área de insolvência brasileira, que compreende os processos de recuperação judicial e falência, tem crescido exponencialmente a participação das mulheres, que em sua maioria são compostos basicamente por contadores, advogados, juízes, magistrados, economistas e administradores, porém, não há registro de índices sobre o número de mulheres que atuam, mas que certamente nos últimos anos houve um maior protagonismo e crescimento feminino nessa área.

Destaca-se que uma das formas que deu mais visibilidade a atuação destas mulheres profissionais, foi a participação em órgãos e institutos que visam o aperfeiçoamento e associativismo, como exemplo o Centro de Mulheres na Reestruturação Empresarial-CMR, criado para debates sobre o tema, edição de livros, congressos, palestras, cursos, network e troca de experiências e conhecimentos entre as integrantes.

Outro exemplo que fomenta o Associatismo feminino é o MEX Brasil - Espaço Mulheres Executivas, que visa o aprimoramento técnico e profissional, estimulando negócios e o fortalecimento de relações empresariais.

Também se destaca o Lide – Grupo de Líderes Empresariais, que possui uma de suas diretorias, denominada Lide Mulher, em que as ações focam no networking, troca de experiências e aprendizados voltado ao público empresarial feminino.

Com isso, apesar de todas as dificuldades estruturais existentes no país, o papel da mulher no ambiente empresarial é de grande relevância, sendo que existem diversos órgãos, institutos e associações que fomentam a importância feminina e fortalecem as relações empresariais, enaltecendo o seu protagonismo.

Advogada Especialista em Recuperação Judicial. Administradora Judicial. Membro do IBAJUD, IWIRC e CRM. Mestra em Direito Constitucional no IDP (Brasília)

PANORAMA ECONÔMICO BRASILEIRO

O resultado trouxe maior volatilidade aos mercados e incertezas com relação aos desdobramentos do conflito na Eurásia, epidemia do Ômicron e redução da produção de grãos ocasionada por condições climáticas adversas.

Por Simão Davi Silber

Houve uma mudança de curto prazo, no cenário econômico do país, em função dos efeitos da guerra na Ucrânia e das incertezas políticas internas. O choque de preços, com um reajuste elevado no preço da gasolina e do óleo diesel, o aumento do preço de produtos agrícolas no mercado internacional, a dificuldade em importar fertilizantes da Rússia e a expectativa de uma política monetária ainda mais restritiva são as grandes alterações do cenário econômico de curto prazo. O resultado trouxe maior volatilidade aos mercados e incertezas com relação aos desdobramentos do conflito na Eurásia, epidemia do Ômicron e redução da produção de grãos ocasionada por condições climáticas adversas.

Neste contexto, pode-se identificar um panorama para a economia brasileira que pode ser resumido a partir das seguintes características:

- Crescimento do PIB do país em 2022: as previsões disponíveis no final de fevereiro de 2023 indicam um crescimento de 3,0% em 2022 e um crescimento de 0,84% em 2023;
- A política monetária envolverá modesta diminuição da taxa de juros. A previsão é que a taxa Selic caia para 12,75% a.a. ao final de 2023 e recue para 10,0% em 2024;
- A política fiscal deverá ser expansionista em 2023. Foram implementadas medidas para minorar a extinção do auxílio emergencial. Existe a restrição constitucional do teto dos gastos e o crescimento rápido da dívida do governo federal;
- A taxa de câmbio teve menor volatilidade em 2022. O BCB continua fazendo intervenções no mercado à vista e no de swaps cambiais na BM&F Bovespa para reduzir a volatilidade. Projeta-se uma taxa de câmbio de R$ 5,25 ao final de 2023 e ao final de 2023 atingindo 5,30;
- Déficit nas contas externas modestos no período 2023-2024, em função do aumento do superávit comercial, associado à recessão interna, à depreciação do real e aumento de preços das commodities.

A divulgação das informações sobre o desempenho da produção da indústria de transformação brasileira de

dezembro de 2022 indica um pequeno aumento. O aumento foi de 0,27% com relação ao mês anterior e uma queda de 0,4% com relação ao mesmo mês do ano anterior. Em dezembro de 2022, a produção industrial brasileira era 13,93% inferior à observada em 2008. Para janeiro de 2023, as expectativas são de queda da produção. Um dos indicadores desta possibilidade pode já ser identificado pela produção de automóveis de janeiro de 2023, já divulgada pela Anfavea: a produção deste setor caiu significativamente com relação ao mês de dezembro.

A inflação se acelerou rapidamente, devido aos efeitos dos reajustes dos preços administrados, bem como pelo efeito da depreciação da taxa de câmbio e do aumento dos preços das commodities no mercado mundial e a longa estiagem. O IPCA de janeiro atingiu 0,53% e a inflação nos últimos doze meses alcançou 5,77%, ainda acima do limite central da meta de inflação. Para o ano em curso, a projeção é de que a inflação atinja 5,9%.

O mercado futuro de juros já incorporou a mudança da política monetária e as incertezas com relação à política fiscal em suas expectativas. Na terceira semana de fevereiro, os contratos futuros de juros de 360 dias estavam sendo transacionados a 13,39% ao ano.

Houve uma depreciação cambial importante a partir de janeiro de 2022. O Banco Central continua atuando no mercado à vista, de linha e de futuro, mas tem permitido uma maior flutuação do real

As perspectivas para as contas externas são as de um superávit comercial relevante nos dois próximos anos: de US $57,3 bilhões para 2023 e de US $56,5 bilhões em 2024. O déficit de transações correntes será declinante, embora as contas de serviços e rendas primárias sejam sistematicamente negativas no Brasil. O investimento direto estrangeiro tem sido importante para financiar o déficit em transações correntes, mas está havendo uma saída líquida de capital financeiro do país, pressionando o câmbio.

Simão é professor Sênior do Departamento de Economia da FEAUSP

A DECISÃO DE ADOÇÃO DO HEDGE ACCOUNTING

VOLATILIDADE E IFRS 9

Por Luciana Maia e Ralny Pereira

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) foi criado em 07 de outubro de 2005 por meio da resolução CFC Nº 1.055/05, sendo responsável pelo estudo e preparação de documentos técnicos contábeis com intuito de prover a uniformização dos procedimentos contábeis trazendo a convergência da contabilidade brasileira aos padrões internacionais.

As normas internacionais de contabilidade chamadas de International Financial Reporting Standards (IFRS) foram introduzidas no Brasil em 2008 por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelas leis de números 11.638/2007 e 11.941/2009 com objetivo de prover a harmonização da contabilidade brasileira aos mercados internacionais, projetando as empresas situadas no Brasil nesse mercado.

A partir da introdução das IFRSs no Brasil, a contabilidade passou a se representar pelo conceito da essência sobre a forma, sendo pautada mais em princípios do que em regras, baseando-se em julgamentos profissionais.

Seguindo essa diretriz e alinhado com o IASB, o CPC emitiu uma série de normas contendo diretrizes contábeis sobre instrumentos financeiros, sendo elas o "CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração", "CPC 39 – Instrumentos Financeiros: Apresentação", "CPC 40 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação" e por último o "CPC 48 – Instrumentos Financeiros" que foi emitida em 2018 revogando as instruções das normas emitidas anteriormente.

Os pronunciamentos contábeis (CPCs) de instrumento financeiro trazem para as empresas o conceito de contabilidade de hedge, mais precisamente o hedge accounting, como uma opção não obrigatória com intuito de refletir a operação dentro de sua essência econômica no que se refere aos reconhecimentos de ganhos e perdas de derivativos e ou exposição cambial nessas operações.

O hedge accounting pode ser conceituado como uma tratativa contábil com intuito de proteção e reconhecimento nos resultados de ganhos e perdas dos instrumentos protegidos somente quando são reconhecidos os ganhos e perdas dos objetos protegidos. Esse conceito tem como objetivo se embasar na política de riscos das companhias, eliminando as variações no resultado dos instrumentos protegidos.

O principal objetivo do hedge accounting é demonstrar os efeitos da gestão de riscos e exposição que podem afetar o resultado das entidades que utilizam instrumentos financeiros através das demonstrações financeiras.

Considerando os conceitos trazidos pela contabilidade de hedge, fica evidente que a prevalência da essência sobre a forma torna a contabilidade um instrumento utilizado pela ótica de julgamento e adaptável para refletir a realidade de cada modelo de negócio.

A IAS 39 (correlata ao CPC 38 no Brasil) era fortemente criticada por preparadores de demonstrações financeiras em razão da dificuldade de seu entendimento e, ser pautada em regras complexas deixando de lado os princípios e a essência econômica do risco.

Nesse sentido, o IASB aplicou seus esforços na IFRS 9 em trazer um conceito mais atrelado a princípios do que em regra motivado pelas críticas sobre o IAS 39 no que tange a dificuldade de sua interpretação e dificuldades na aplicação de seus requerimentos. A nova norma tem como objetivo alinhar a interpretação contábil com as atividades de gerenciamento de riscos da entidade.

Em 2018, o CPC 38 foi substituído pelo CPC

48 (correlato ao IFRS 9), sendo sua aplicabilidade permitida para a contabilidade de hedge, ficando a critério dos preparadores escolher a política que melhor se aplica a sua organização conforme descrito no item 7.2.21 do CPC 48.

Em nota publicada em 11 de janeiro de 2019 nomeada de ofício-circular/cvm/snc/SEPNº 01/2019 a Comissão de Valores Imobiliários descreve que a partir da IFRS 9 o hedge accounting se orienta para ser uma escolha contábil das empresas e, cita que o capítulo 6 da IFRS 9 mantém as disposições da IAS 39.

O hedge accounting sob a ótica da IFRS 9 é mais flexível trazendo um alinhamento no tocante às políticas de gerenciamento de riscos, baseando-se em princípios e eliminando limitadores da norma antiga, no qual não se faz mais necessário o teste de eficácia retrospectivo exigido na norma anterior (80-125%).

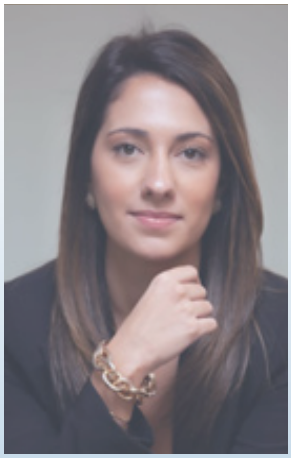
O capítulo de hedge accounting dentro da IFRS 9 não teve alterações substanciais nas seções de reconhecimento e mensuração. As principais alterações estão relacionadas a simplificação do teste de efetividade, limitação de revogação voluntária e o alinhamento do modelo quanto à efetiva gestão de riscos da companhia.

A temática hedge accounting tem sido amplamente explorada na literatura em razão da complexidade de sua aplicabilidade e constantes alterações para refletir sua essência econômica.

Alguns autores identificaram evidências que o hedge accounting introduz subjetividade no processo do reconhecimento contábil e fornece margem gerenciamento de resultados considerando que o os dados em outros resultados abrangentes não são corretamente interpretados pelos analistas e investidores. Além disso, existe evidência empírica que incentivos de gerenciamento de resultados são determinantes para decisão de designar derivativos como hedge accounting.

Trazendo essas considerações, coloca-se hoje a seguinte questão: quais são as determinantes da decisão das empresas brasileiras para adoção da contabilidade de hedge, mais precisamente o hedge accounting, de fluxo de caixa após a IFRS 9?

As empresas têm como principal motivação pela opção da adoção do hedge accounting a diminuição da volatilidade de ganhos e perdas dos instrumentos de hedge em sua demonstração de resultados, reconhecendo seus efeitos no resultado apenas quando o objeto protegido de hedge é reconhecido. O principal benefício de sua adoção é evitar a volatilidade dos instrumentos de hedge nos seus resultados.



Dra. Luciana é Superintendente Acadêmica e Professora do Mestrado Profissional em Contrvoladoria e Finanças da Faculdade Fipecafi

Ralny é Mestrando em Controladoria e Finanças pela Faculdade Fipecafi e Gerente Executivo de Contabilidade, Tributos e Tesouraria do Cartão Elo

A IMPORTÂNCIA DA TECNOLOGIA PARA OS NEGÓCIOS

UM CASE DE SUCESSO

Por Marcus Marques

Sabemos que hoje em dia vivemos em um mundo onde o mercado consumidor está cada vez mais exigente, competitivo, dinâmico, e para alavancar os negócios de uma Companhia a tecnologia da informação tem um papel importante e fundamental na estratégia corporativa.

O que veremos a seguir é um caso de sucesso de uma grande empresa do ramo de cosméticos que soube aliar a tecnologia ao Negócio para se tornar líder de vendas na América Latina e um dos maiores grupos de beleza no mundo.

O início de tudo

Vamos voltar em meados dos anos 2000. O modelo padrão de tecnologia de boa parte das companhias consistia em ter seus equipamentos em um Data Center próprio e times internos para desenvolvimento dos sistemas e suporte à infraestrutura. Um processo muito operacional, pouco automatizado e dependente de pessoas. Além disso, neste cenário a conexão com o Negócio ou experiência dos consumidores era pouco ou nenhuma. Depois foi a vez da onda de outsourcing, cujo objetivo principal era desonerar os custos de infraestrutura e recursos técnicos. Por aqui não era muito diferente.

A companhia sempre investiu o mínimo necessário em tecnologia para atender o crescimento exponencial do mercado e aumentar o lucro através das vendas. Mas assim como em outras empresas, os custos com tecnologia, por muitas vezes, eram vistos como "despesa" e não investimento. Não havia sequer uma estrutura organizacional específica para tecnologia, a liderança ficava subordinada à área de finanças.

Os anos foram se passando e foi percebida a necessidade de se conectar com a onda de evoluções e inovações tecnológicas emergentes (celulares, internet móvel, redes sociais etc.). As pessoas estavam ficando cada vez mais digitais, o mundo digital mais acessível a todos, e de alguma forma era necessário entender este momento e repensar os modelos de trabalho para encontrar novas oportunidades de crescimento e conectar os consumidores com o Negócio. A Transformação Digital estava batendo na porta...era uma necessidade da nova realidade.

Os primeiros passos

Em 2012 a Companhia começou a se movimentar e uma das primeiras medidas foi criar estruturas organizacionais específicas. Tínhamos a VP Meios Digitais (que cuidava dos ativos e produtos digitais) e a VP de Tecnologia Digital (que cuidava do parque tecnológico e os times de implantação ou o mantimento dos sistemas).

Os dois anos seguintes foram de muito trabalho. Demos início na construção do roadmap, no desenvolvimento dos ativos digitais, reestruturação do time de tecnologia (trocamos o full outsourcing por modelo híbrido e recursos com habilidades específicas), atualizamos o parque tecnológico com o que tinha de mais moderno, instalamos ferramentas de monitoração e começamos a estruturar uma equipe para cuidar dos sistemas e da experiência do consumidor.

Particularmente este foi um dos momentos de maior aprendizado que tive em minha carreira profissional. Participei de muitos dos projetos desta transformação e o maior desafio não foi somente o tecnológico ou o Change Management, mas nos conectar ao Negócio via tecnologia.

Chegou a hora

Em 2014 foi inaugurada a primeira central de monitoramento formada por times multidisciplinares:

- Gestão de incidentes/ mo-

nitoramento: Acompanhar o ambiente produtivo de infraestrutura e sistemas atuando preventivamente em caso de problemas. Também conduzir os eventuais incidentes e crises juntos com os times técnicos e fazer a devida comunicação para a Companhia.

- Primeiro nível técnico: Especialistas técnicos responsáveis pelas atividades de manutenções rotineiras do ambiente e atendimento de chamados técnicos. Equipe integrada à gestão de incidentes, segundo nível técnico e que também atua na prevenção de incidentes no ambiente produtivo.
- Célula de Experiência: Serviço complementar aos já prestados pela Central de Comando para apoiar a Força de Vendas, principais áreas de Negócio e cliente final, cujo objetivo principal é garantir que os clientes não percam suas vendas através do acompanhamento e monitoramento especializado. Formado por uma equipe multidisciplinar com soft skill em tecnologia e um conhecime'com um total de 24 pessoas em regime 24x7 com três turnos e monitorando somente alguns sistemas principais para o Brasil. O ponto que vale destacar aqui é que foi nesta ocasião que começamos a monitorar as transações de Negócio e a experiência dos clientes nos sistemas através de ferramentas específicas que foram implantadas pela equipe de especialistas de tecnologia.

Ao longo do tempo os times foram aprendendo mais sobre o Negócio, fazendo ajustes finos e incluindo mais sistemas na monitoração. Estávamos fazendo grandes avanços e melhorando cada vez mais a experiência das consultoras. Criamos um monitoramento para verificar em tempo real a quantidade de consultoras fazendo pedidos pelo país. Para se ter ideia do nível de detalhes era possível saber se o pedido de determinada consultora estava sendo feito pelo desktop ou celular, se o celular tinha bateria, se estava no wi-fi ou pacotes de dados...e o principal: se a consultora estava tendo algum problema para colocar o pedido. Com esta informação em mãos, o atendente da célula de experiência fazia um ativo proativo com a consultora para apoiá-la antes que ela tivesse que reportar qualquer problema. Estávamos no caminho certo.

Expandindo os serviços

Conforme nossa estratégia ia avançando e se consolidando, começamos a expandir os serviços existentes e também criamos outros.

Em 2016 foi implantada a célula de monitoramento de vendas com o objetivo de acompanhar os ciclos das gerências de vendas e permitir ajustes em tempo real durante o ciclo para maximizar os resultados. Isso significa que o faturamento era acompanhado diariamente para garantir que ao final do mês o previsto fosse realizado.

Em 2017, começamos o piloto para expandir o modelo da célula de experiência para a Argentina e nos anos seguintes fizemos o rollout para os demais países da Latam.

As coisas estavam indo de vento em popa. Estávamos adquirindo muita experiência, incorporando cada vez mais no mind set a transformação digital. Mas ainda não estávamos totalmente integrados. Tínhamos que dar o passo seguinte.

Consolidação da experiência do cliente

Existia na área de logística uma central de monitoramento responsável pela monitoração da produtividade nos CDs, os indicadores da área de atendimento às consultoras e o transporte das cargas. Uma etapa muito importante nos processos de Negócio. Por que estava trabalhando apartada das demais centrais? Não fazia sentido no novo cenário que estávamos vivendo.

Em Agosto/ 2017 houve a consolidação dos colaboradores em um único site e aí foi a oportunidade de integrarmos tudo. Juntamos todas as centrais em um único espaço e criamos a Central de Experiência da Consultora.

A Central de Experiência da Consultora é uma simples sala de monitoramento de tecnologia... é uma central de monitoramento de Negócio. Destina-se a apoiar a excelência do serviço: aqui podemos

acompanhar toda a jornada do cliente (seja um consultor ou um comprador de e-commerce) de ponta a ponta, rastrear os sistemas e atividades que podem impactar nossos serviços. Podemos ver a experiência do pulso do cliente online: todo o grupo, um grupo segmentado ou em uma base individual (se o consultor/consumidor estiver logado). Nesta sala com aproximadamente 80 colaboradores trabalhando 24 horas por dia, 7 dias por semana, podemos:

Monitorar toda a infraestrutura de TI (Cloud e On-Premises);

- Acompanhar o estoque por centro de distribuição;
- Ver os indicadores de atendimento ao cliente;
- Realizar ações on-line proativamente: ligue para um consultor que está com problemas para fazer um pedido;
- Acionar nossos especialistas quando algo parecer estar errado com base nos alarmes do sistema e nas respostas do acionador.

Com isso, conseguimos ser uma operação totalmente integrada para entregar a melhor experiência aos nossos consumidores para todas as marcas do grupo.

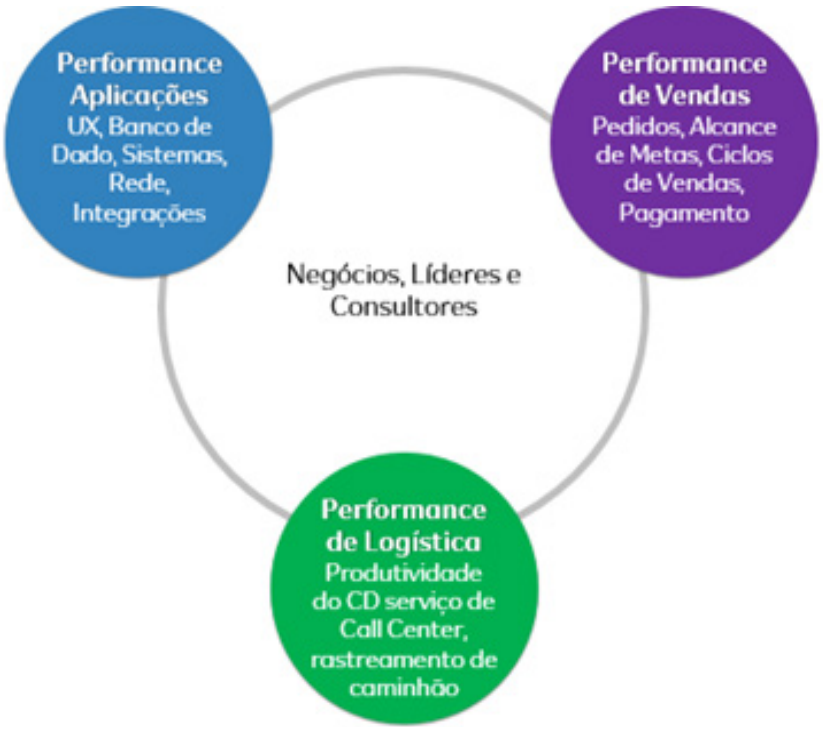
E o Futuro?

Conforme mencionado no nosso relatório anual de 2021, "Continuamos a migrar para um modelo de negócios habilitado para o digital, construindo uma experiência personalizada e conveniente para nossos clientes interagirem com nossas marcas, a qualquer hora, em qualquer lugar e por meio dos canais e pontos de contato de sua escolha".

Quando olho para trás e vejo tudo que foi construído ao longo de todos esses anos sinto muito orgulho dos resultados que foram atingidos e de ter participado desta linda história. Não foi fácil, a jornada foi longa. Tivemos erros, acertos, mas conseguimos sair do outro lado. Hoje somos uma empresa inovadora que alia a tecnologia aos nossos propósitos e valores que compõem a nossa essência.

Mais do que tudo compreendi que é necessário conhecer muito bem nossos clientes e que a tecnologia serve de habilitadora fundamental para a estratégia corporativa e ao atendimento de seus propósitos. A tecnologia é Negócio e Negócio é tecnologia. Não há mais como separar um do outro.

Que nosso futuro continue sendo construído de maneira sustentável e brilhante de forma a promover impactos econômicos, sociais e ambientais positivos, nos transformando na melhor empresa de beleza para o mundo.



Marcus é gerente de Tecnologia na Natura &Co. Mais de 25 anos de experiência em Gestão de Operação de TI, Implantação de Projetos e Transformação Digital. Pós graduado em Especialização de Projetos de pela FCAV-USP e MBA em Business Analytics e Big Data pela FGV.

COMPLIANCE ALÉM DO MODISMO...

9 PASSOS RUMO À CONFORMIDADE IDEAL

Por Elder Maciel

Muitas empresas, de todos os portes, abertas e fechadas, nacionais ou multinacionais, com ou sem capital em bolsas de valores no Brasil ou no exterior, disponibilizam em seus sítios eletrônicos políticas e estruturas organizacionais que sugerem aderência às boas práticas de governança e compliance.

Porém, a cada dia, surgem casos de empresas envolvidas em escândalos financeiros e de inconformidades legais demonstrando que, na prática, houve pouca ou nenhuma aderência aos princípios de compliance e da boa governança, parecendo que todo o esforço foi o de apenas atender ao modismo que o tema tem gerado, mas sem um comprometimento interno e sem processos adequados de execução e manutenção da prática.

Para a adequada implantação e garantia do bom funcionamento de um processo de conformidade legal, sugiro atentar para as 9 recomendações que faço e que constam na Figura 1.

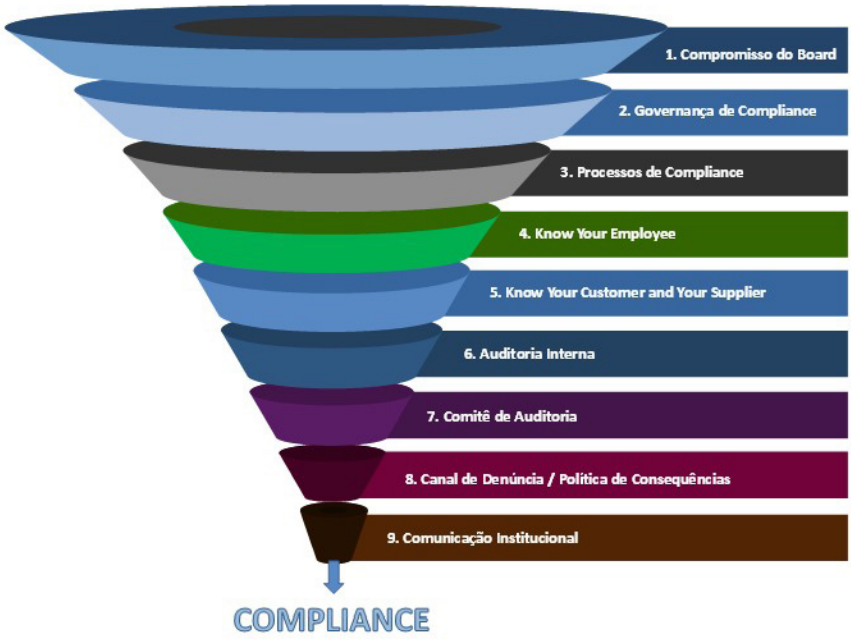


Figura 1 – 9 passos rumo à conformidade legal pelas empresas
Fonte: o autor

1. Compromisso do Board

Geralmente, o conselho de administração pouco se dedica e valoriza a atividade de compliance (precisam compreender que compliance não é função, mas, sim, um processo interdisciplinar que envolve toda a empresa e todos os colaboradores). Ligeiramente, o board o apoia por se tratar de uma boa prática empresarial, mas não exige cumprimento e nem acompanha sua inserção no tecido organizacional. Às vezes, tem membro que até o fere em busca de interesses próprios ou de terceiros. Acham que vale somente para os outros. É necessário portanto um board compromissado e comprometido e que promova um acompanhamento sistemático do assunto. Importante que os conselheiros também conheçam os riscos legais aos quais estão expostos as pessoas físicas.

2. Governança de Compliance

Além de uma estrutura inde-

pendente e com subordinação à direção geral da empresa, torna-se necessária a proteção do head da área para garantir-lhe independência de ação. Neste sentido, é sugerido que sua contratação e demissão sejam de conhecimento e aval do board. O gestor da área de compliance deverá ter perfil adequado, conhecimento técnico e aptidão para a função. Nunca cair no erro de escolher um profissional apenas pelo fato de ser de confiança do board ou antigo na empresa.

Importante seria se os órgãos de regulação e fiscalização estabelecessem a obrigatoriedade de que a demissão do responsável pelo compliance seja justificada aos mesmos (há regulador que estabelece a obrigatoriedade de que a indicação para o cargo de diretor de compliance seja submetida à sua apreciação e autorização para posse no cargo).

No que tange a adequada implantação da atividade, se faz necessário: (i) o desenvolvimento de manual de compliance e treinamento de todos os colaboradores; (ii) estruturação de comitê específico de compliance e com membro representante do conselho de administração; e (iii) instituição de canais de denúncia e estrutura independente de apuração de responsabilidades, com aplicação de penalidades administrativas, quando for o caso. Importante designar a função de compliance officer (agente de compliance) para funcionário designado em cada área, ao qual caberá a responsabilidade pela monitoração e reporte sobre os processos de compliance de sua área. A estes deverá ser garantido um plano de treinamento e certificação contínuos.

Geralmente, o conselho de administração pouco se dedica e valoriza a atividade de compliance (precisam compreender que compliance não é função, mas, sim, um processo interdisciplinar que envolve toda a empresa e todos os colaboradores). Ligeiramente, o board o apoia por se tratar de uma boa prática empresarial, mas não exige cumprimento e nem acompanha sua inserção no tecido organizacional.

3. Processos de Compliance

Imprescindível o desenho e formalização dos processos de compliance, garantindo que estes contemplem os respectivos fluxogramas, pontos-chave de controle, critérios e indicadores de acompanhamento; forma e periodicidade da prestação de conta pelo diretor e compliance officer responsável; e monitoria dos planos de melhoria. Os processos deverão ser "blindados", ou seja, uma vez formalizados, só poderão ser alterados mediante a apreciação de todas as áreas que direta ou indiretamente se relacionem com o processo, bem como, só após o aval da área de compliance.

4. Know Your Employee

Além de garantir que os funcionários tomem conhecimento do código de ética e políticas de compliance quando da contratação, bem como que ajam de acordo com as regras internas e externas da empresa e do setor, torna-se necessário que a empresa conheça adequadamente seus colaboradores, acompanhando suas atividades de forma a evitar uma má conduta. É trabalhar

preventivamente, de forma a tornar possível identificar sinais iniciais de que um funcionário pode estar pensando em fazer uma manobra escusa. Precisa-se identificar quaisquer questões em potencial antes que se tornem um problema para a empresa, comprometendo sua imagem e/ou suas finanças. Análise de conteúdo de mensagens de texto expedidas por funcionários, principalmente aquelas enviadas para fora da empresa, sites frequentados pelos funcionários através das ferramentas tecnológicas da empresa e frequentados durante o horário de trabalho, são exemplos de rotinas de monitoração contínua que podem ser implementadas pela empresa.

5. Know Your Customer and Your Supplier

Conhecer os clientes e fornecedores também deve ser uma atividade contínua, com políticas específicas instituídas e divulgadas e prática de questionamento formal e explícito ao cliente/fornecedor se têm alguma relação de parentesco ou qualquer outro interesse com alguém da empresa. Precisa declarar qualquer potencial conflito de interesses. O monitoramento contínuo é necessário e o rodízio sistemático de funcionários que se relacionam diretamente com os fornecedores e clientes é imprescindível como medida para evitar que a relação transponha o âmbito profissional. Os casos de potencial conflito uma vez identificados deverão ser apreciados pelo comitê de compliance, ao qual caberá deliberar sobre a continuidade ou não do relacionamento. Deverão ser considerados como de natureza grave os casos de omissão de informação por parte do cliente/fornecedor e/ou do colaborador envolvido.

6. Auditoria Interna

Trata-se de uma estrutura de controle com independência relativa (recomendada a sua subordinação ao conselho de administração, como forma de garantir a independência requerida). É essencial na estrutura de governança da companhia ao avaliar, reportar e exigir melhoria dos controles internos voltados à conformidade legal, principalmente sob a ótica preventiva. Cabe a auditoria interna revisar os processos e a área de compliance, apreciando inclusive a sua estrutura, capacitação técnica e funcionamento.

7. Comitê de Auditoria

Houve uma evolução importante no Brasil e no mundo nos últimos anos ao instituir a obrigatoriedade, em algumas

situações, de implantação de comitê de auditoria pelas empresas. Cabe ao comitê de auditoria assessorar o conselho de administração na observância e parecer: (i) sobre atividade, independência e parecer sobre as demonstrações financeiras da empresa; (ii) função e funcionamento da auditoria interna, avaliando sua estrutura, competência e capacidade de cobrir e reportar sobre os principais riscos da empresa; (iii) e de dar parecer sobre a estrutura e suficiência dos controles internos que suportam as operações da empresa de forma razoável à sua continuidade. Nesta última responsabilidade se insere a questão do compliance. Na composição do comitê de auditoria, quando não obrigatória por norma, torna-se importante incluir membros independentes.

8. Canal de Denúncia / Política de Consequências

Canal de denúncia independente e divulgado no site da empresa dá a abertura para comunicação pelas partes interessadas, que podem denunciar, de forma nominal ou anônima, práticas incoerentes. Deverá ser dado o tratamento adequado à denúncia, porém, às vezes não há como dar retorno ao denunciante, por questão legal, a exemplo do sigilo bancário. O importante é apurar a denúncia e, se constatada a irregularidade, tratar, cobrindo eventuais danos, imputando responsabilidades e melhorando os controles internos para mitigar riscos de reincidência. A gestão dos canais de denúncia deverá ser independente das áreas operacionais. Muitas empresas optam por terceirizar essa atividade.

A política de consequências e apuração de responsabilidades é importante tanto para isentar de culpa quem não é culpado, quanto para responsabilizar quem infringe as regras. Se há culpados, esses precisam ser penalizados, obviamente dando-lhes o amplo direito de defesa no processo administrativo. O exemplo precisa ser dado e serve para todos, independentemente de cargo ou status na empresa, cliente ou fornecedor importante. Os casos apurados deverão ser submetidos à apreciação e deliberação do comitê de compliance.

9. Comunicação Institucional

A empresa precisa, com a rapidez e prudência requeridas e quando couber, comunicar ou dar resposta às partes interessadas (acionistas, empregados, governo, etc.) em caso de fato considerado relevante e de interesse desses agentes (importante, também, que a companhia tenha um comitê de divulgação, o qual tratará a pertinência da divulgação). Quanto mais austera neste quesito, mais acreditada será a companhia e menos arranhada será a sua imagem. Preservando os preceitos legais, deve buscar colaborar com os órgãos governamentais em caso de apuração de evento que envolva a empresa, atendendo às demandas de informações e documentos.

Tudo isto não é regra, mas torna-se uma régua importante para medir a aderência da empresa à legislação e responsabilidade social.

Carlos é mestre em Ciências Contábeis (PUC-SP), professor e autor e co-autor de publicações em livros e periódicos nacionais e internacionais.

COMPLIANCE EMPRESARIAL

UMA FERRAMENTA DE PERPETUIDADE ÀS EMPRESAS

Por Leonardo Theon e Marina Sampaio

Muitos erram ao pensar que o compliance empresarial é apenas uma iniciativa necessária para grandes empresas e focada, apenas e tão somente, em estratégias anticorrupção. Na realidade, no ambiente corporativo atual, especialmente no momento de firmar novas parcerias e contratações, o compliance é um recurso obrigatório e fundamental.

A conformidade jurídica ou, para quem gosta de estrangeirismo, o compliance, desde o escândalo de corrupção brasileiro em 2015 (assistam o filme "A Lavanderia"), continua em pauta nas mais diversas empresas, tanto para melhoria das regras de governança corporativa quanto para monitorar como as empresas têm atuado em prol de objetivos sociais (o tal do ESG – Environment, Social and Governance).

Estar em conformidade é garantir que as práticas empresariais estão de acordo com os estatutos e regulamentos internos, bem como com as leis em geral. Assim, o compliance empresarial é uma ferramenta importante para combater ilegalidades dentro de empresas, prevenindo riscos legais e financeiros para a organização.

Com um programa de compliance eficiente, é possível proteger a empresa de possíveis sanções, processos judiciais e danos à reputação. Além disso, a implementação de políticas de compliance pode ajudar a aumentar a transparência e a ética nos negócios, melhorando a confiança dos clientes, colaboradores, fornecedores e investidores na empresa.

> Estar em conformidade é garantir que as práticas empresariais estão de acordo com os estatutos e regulamentos internos, bem como com as leis em geral.

Ainda, um compliance estruturado se estende por praticamente todas as áreas e setores da empresa, isso porque temos como tipos ''básicos'' de compliance: o compliance contratual, compliance trabalhista, compliance tributário, compliance na proteção de dados e compliance ambiental.

Cada um desses tipos visa garantir que a empresa esteja em conformidade com as normas, leis e regulamentos aplicáveis a cada uma das áreas. Por exemplo, o compliance contratual tem como objetivo garantir que a empresa cumpra rigorosamente as cláusulas e condições dos contratos que esta celebre com funcionários, fornecedores, clientes e outros parceiros de negócio.

O compliance assegura, assim, que a empresa cumpra com as obrigações com a qual se comprometeu frente a seus parceiros de negócio e, além disso, proteja-se de eventuais problemas e complicações que possam surgir ao longo

dessa relação comercial.

Enquanto isso, o compliance tributário visa garantir que a empresa esteja em conformidade com as obrigações fiscais, evitando multas e sanções. Já o compliance na proteção de dados tem como objetivo garantir a segurança e privacidade dos dados de clientes e colaboradores que são tratados, evitando assim eventuais vazamentos de dados, incidentes de segurança e aplicação de sanções pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

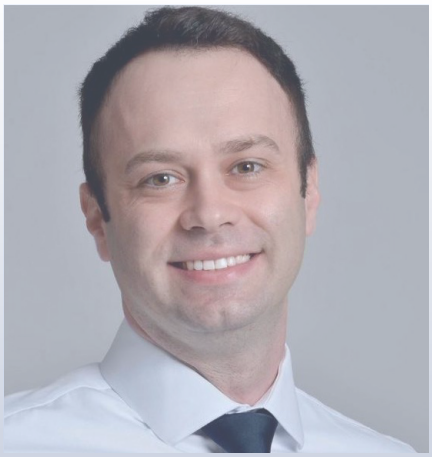
O compliance ambiental visa garantir que a empresa esteja em conformidade com as leis ambientais e regulamentos, evitando danos ao meio ambiente e possíveis multas e sanções. Aplicado atualmente também nos programas de ESG (Environmental, Social and Governance), o compliance ambiental tem ganhado bastante relevância e se tornou uma obrigatoriedade dentro das empresas, cobrada não só pelo mercado nacional e internacional, mas também por grande parte da sociedade, ou seja, por seus próprios clientes.

E, finalmente, podemos falar sobre o compliance trabalhista, que tem como objetivo garantir que a empresa esteja cumprindo com todas as leis e regulamentos previstos na legislação trabalhista, proporcionando um ambiente seguro para seus colaboradores e, principalmente, resguardando-se de altas condenações em eventuais ações judiciais e fiscalizações dos órgãos competentes.

Em resumo, o compliance empresarial, realizado de forma estruturada, abrangendo todas as áreas da empresa, é essencial para garantir a transparência, integridade e sustentabilidade dos negócios da empresa.

Assim, para garantir a perpetuidade dos negócios, possibilitar a captação de investimentos e a conquista de grandes parceiros e cada vez mais clientes, temos o compliance empresarial não mais como uma escolha, mas sim como uma obrigatoriedade para as empresas que querem se perpetuar no mundo dos negócios.

Com planejamento, regulamentação, transparência e acesso à informação, é possível criar um programa de compliance empresarial eficiente e manter a empresa saudável e próspera dentro do mercado atual.



Leonardo é advogado, graduado em direito, com ênfase em direito empresarial, pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2012), inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção São Paulo (OAB/SP) (2012). Pós-graduado e Especialista em Direito Empresarial pela Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (2014), Mestre em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2017), autor de livros e artigos, palestrante, professor na graduação, MBA e Educação Executiva na FIPECAFI e membro da Associação dos Advogados de São Paulo (AASP). Sócio fundador do TM Associados.

Marina Sampaio Costa - Advogada, graduada em direito, pelo Centro Universitário Padre Anchieta (2018), inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Secção de São Paulo (2019). Pós-graduada em Direito Empresarial pela Faculdade Legale, Pós-graduada em Direito Corporativo e Compliance pela Escola Paulista de Direito (EPD), autora de artigos. Advogada e Coordenadora de Operações no TM Associados.

O FUTURO DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

UMA NOVA MODALIDADE DE POUPAR NO LONGO PRAZO.

Por Marcelo Neves

Este artigo foi escrito a partir dos dados do Relatório Gerencial da Previdência Complementar do 3º trimestre de 2022, elaborado pela Subsecretaria do Regime de Previdência Complementar (SURPC) do Ministério da Previdência e Trabalho e do Consolidado Estatístico de setembro de 2022, produzido pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (ABRAPP). Desta forma buscaremos entender o que vem acontecendo com a previdência privada, especificamente com a previdência complementar fechada, e o que podemos esperar em relação ao futuro.

O Patrimônio do Regime de Previdência Complementar entre 2013 (1.08 trilhões) e setembro de 2022 (2,4 trilhões) teve um crescimento de 122%. Em 2013 as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) representavam 63% do total e em 2022 49% dos ativos do Regime.

Parte da diferença observada na variação do período entre os totais de ativos administrados se justifica pela inserção de consumidores de produtos de previdência aberta (PGBL e VGBL). A população de participantes dos planos de previdência, segundo o Relatório Gerencial da SURPC, o Regime a Previdência Complementar (RPC) no Brasil é de aproximadamente 17 milhões de pessoas (3,8 milhões de EFPC e 13 milhões em EAPC) devemos considerar que há indivíduos com mais de um contrato nas duas modalidades de previdência concomitantemente. Ainda no Relatório da SURPC, entre 2013 e junho de 2022, houve um aumento total de participantes de 26%, nas EAPC o aumento foi 2,8 milhões de pessoas (28%), já nas EFPC o acréscimo foi 634 mil de novos entrantes, ou seja um crescimento de 20% no mesmo período.

Em setembro de 2022, as EFPC e EAPC totalizavam 316 entidades (378 em 2013), uma redução de 16,5% na quantidade de entidades. A redução do número de entidades ocorre em ambas as modalidades, porém de forma mais significativa entre as EFPC (17%) do que na EAPC (12%) entre 2013 e setembro de 2022.

Com os dados de patrimônio, número de entidades e crescimento de participantes do plano de previdência, é fácil chegarmos a conclusão que o modelo fechado de previdência está maduro e o crescimento é apenas marginal tanto em termos de contribuições como em termos de novos entrantes. Podemos observar pelo Relatório Gerencial da SURPC que 23% dos participantes das EFPC são aposentados ou pensionistas, enquanto EAPC este percentual é inferior a 1%. O Crescimento da EAPC ocorre principalmente através de planos individuais tipo VGBL (76% da EAPC) que pelo diferencial de tributação, incidente somente dos rendimentos, atende aos contribuintes de optam pelo modelo simplificado de Declaração de Imposto de Renda, trabalhadores PJ e aqueles que trabalham na informalidade.

Mercado de Previdência Fechado

Conforme o Relatório da

SURPC, em setembro de 2022, dos 1131 planos do sistema fechado de previdência, o patrimônio total das entidades correspondente de 1,17 trilhões, 298 são da modalidade de benefício definido (BD) com um patrimônio acumulado de 700 bilhões e 338 da modalidade Contribuição Variável e que somam 310 Bilhões . O Consolidado Estatístico da ABRAPP de setembro 2022, demonstra que os 15 maiores Planos de benefício definido totalizam 456 bilhões, ou seja, 65% do total de ativos dos planos BD e 39% do total da Indústria de Fundos de Pensão, em sua grande maioria estão fechados para novos participantes ou saldados. A realidade dos Planos de Contribuição Variável (CV) não é muito diferente dos planos BD, os 15 maiores planos CV somam 167 Bilhões, 54% do total de planos CV no Relatório da ABRAPP. Em síntese, os planos BD e CV, que representam aproximadamente 88%, na indústria de fundos de pensão não têm vida longa.

Já os planos de Contribuição Definida (CD) acumulam 13% do patrimônio das EFPC sendo que, segundo o Consolidado Estatístico da ABRAPP, os 15 maiores planos CD representam metade dos ativos do total de planos dos CD (66 Bilhões ou 6% do total) os demais 480 planos CD reúnem aproximadamente os recursos acumulados pelo 15 maiores. Qual o futuro dos planos CD?

Futuro da Previdência Complementar

Apesar dos números não indicarem um futuro promissor para a previdência complementar, há um alento advindo da Emenda Constitucional 103/19, popularmente conhecida como Reforma da Previdência. O novo marco legal trouxe diversas alterações no texto Constitucional e nas modalidades de aposentadorias tanto para os segurados do Regime Geral da Previdência Social (RGPS) como para os Regimes Próprio da Previdência Social (RPPS). Para os servidores públicos segurados pelo RPPS haverá a opção de complementar sua aposentadoria através do Regime de Previdência Complementar. São mais de 2.200 entes federativos que serão obrigados a oferecer planos de contribuição definida para seu quadro de servidores especialmente para aqueles que recebem acima do teto do benefício do INSS. A mudança decorrente da Reforma da Previdência será uma oportunidade única de absorver novos entrantes no sistema fechado e promover um ganho de escala para os planos CD.

No dia 30 de janeiro o Tesouro Nacional lançou um novo título no mercado, a Nota do Tesouro Nacional série B1, mais conhecido como Tesouro Renda +. O título tem uma estrutura que permite ao investidor obter uma simplificação no planejamento de sua aposentadoria. Segundo o próprio

site do Tesouro Nacional. “Diferente dos demais títulos, com o Renda + você irá resgatar seu investimento em 240 parcelas, assim receberá um valor mensal durante 20 anos”. Entre as vantagens apontadas pelo Tesouro Nacional estão: i) proporciona uma aposentadoria mais confortável, ii) protege das variações da inflação, e iii) Ideal para investimentos de longo prazo. O Tesouro Renda + mesmo não sendo, juridicamente, um produto de previdência é um concorrente direto do VGBL.

Conclusão

Os planos BD tiveram um papel importante no início da previdência complementar nas décadas de 70 e 80, porém seu ciclo chega ao fim e provavelmente nos próximos 7 a 10 anos as EFPC apenas administrarão um Run-off desses planos remanescentes. Já os planos CD, nos próximos anos, terão a entrada de novos participantes oriundos dos RPPS´s.

O nível de judicialização dos planos administrados por EFPC é incomensuravelmente maior do que na EAPC e os empregadores descobriram que o custo e o risco de financiar seus benefícios previdenciários são muito maiores do que o previsto. O mercado de entidades abertas cresce em uma velocidade muito superior às entidades fechadas, porém o carro chefe desse crescimento, o VGBL, ganhou um concorrente que é simples de adquirir e de baixo custo.

No Brasil praticamente não existe um mercado de anuidades que permite aos investidores comprarem uma renda por prazo certo. O Tesouro Renda + oferece uma renda temporária de 20 anos sem necessidade de contratar um serviço de BackOffice para administração de contas, folha de benefícios, retenção de IRRF, etc

Cabe ressaltar que há falta de conhecimento mínimo pelo consumidor de produto de previdência para um planejamento adequado de aposentadoria. O Novo título é um “Nudge” do ponto de vista da Economia Comportamental e elimina três perguntas fundamentais para uma boa preparação para aposentadoria:

i) Em que investir

ii) Quando começar a investir, e

iii) Quanto investir

Segundo Robert Merton, em seu artigo publicado no Financial Times em abril de 2022, um número significativo de trabalhadores de classe média está vivendo mais e enfrentando o aumento da inflação, o que acende um alerta para a necessidade de um produto que traga proteção contra a inflação. Adicionalmente, os indivíduos serão cada vez mais solicitados a assumir a responsabilidade por seu próprio planejamento de aposentadoria, incluindo a tomada de decisões para as quais poucos estão preparados. Nesse aspecto o Tesouro Renda + atende plenamente essa necessidade.

O Futuro da Previdência Complementar nós não temos como afirmar, mas com certeza nunca mais como foi nas últimas décadas.

Marcelo é sócio da MRN Serviços Financeiros (NETInvest Consultoria), Membro de Conselho de Administração e Fiscal de Instituições do Mercado de Saúde Suplementar e Previdência. Atua em mercados de Previdência Privada, Fundos Patrimoniais, Finanças Comportamentais e Estratégia. Professor em Cursos de Pós-graduação e MBA, Educação Executiva.

BALANÇO CONTÁBIL DAS NAÇÕES (BCN)

REFLEXÕES SOBRE O BRASIL

Por José Roberto Kassai, Guillermo Oscar Braunbeck, Fernando Dal-Ri Murcia, Eduardo da Silva Flores, Vania Maria da Costa Borgerth e João Alfredo de Carvalho Mangabeira.

Este é o quarto artigo da série Desenvolvimento Sustentável e a edição anterior abordou as principais agendas internacionais – 17 ODS, Encíclica Papal, Felicidade Interna Bruta (FIB), Relatório dos Nobéis Blue Planet Prize dentre outros – com soluções propostas para resolver os desafios deste século.

Esses estudos foram elaborados por milhares de cientistas e pessoas de todo o mundo, incluindo centenas de especialistas brasileiros, citando apenas seis deles: Carlos Nobre (INPE), José Goldemberg (IEA/USP), Virgílio Viana (Esalq/USP), Ladislau Dowbor (PUC/SP), Ulisses Confalonieri (FioCruz) e Carolina Dubeus (UFRJ). Quem disse que no Brasil não havia "nobeis" e muitos potenciais candidatos!

Nesta edição, e considerando os cenários futuros, vamos mostrar a posição privilegiada do Brasil em relação a outros países e alguns aspectos de cada um dos estados brasileiros, com base na metodologia Balanço Contábil das Nações (BCN). Confira a seguir!

A situação limítrofe em que as regiões geográficas se encontram, em relação aos fenômenos de mudanças climáticas globais, tem sido objeto de estudo praticamente em todas as áreas de conhecimentos e por grupos de pesquisas multidisciplinares.

O Núcleo de Estudos em Contabilidade e Meio Ambiente (NECMA/USP), formado por pesquisadores de diversas áreas do conhecimento humano – economia, contabilidade, administração, atuária, matemática, engenharia, gestão ambiental, biologia, química, física, energia, direito, engenharia ambiental, florestal, etc. – elaborou uma pesquisa denominada Balanço Contábil das Nações (BCN), divulgada originalmente na Câmara do Comércio Americano (AMCHAM BRASIL), por ocasião da entrega do Prêmio ECO 2008.

Trata-se de um Balanço Patrimonial, mensurado da seguinte forma (BBR/2012):

- ATIVO: é avaliado pelo produto interno bruto (PIB) menos a depreciação, calculada em função do consumo de energia em Tonelada Equivalente de Petróleo (TEP), variável esta que teve maior correlação com as externalidades ambientais e índices de qualidade de vida.
- PATRIMÔNIO LÍQUIDO. É avaliado pelo saldo residual de carbono (CO2) das regiões, entre a capacidade de absorção dos gases de efeito estufa, menos a média das emissões projetadas até meados deste século. A valoração é feita pelo custo de captura, informado pela ONU, ou pelo preço dos mercados de carbono.
- PASSIVO: é avaliado com base na equação fundamental da contabilidade (Ativo – Passivo = Patrimônio Líquido), o passivo foi mensurado por equivalência contábil. Por envolver aspectos financeiros e não financeiros, representa

uma medida monetizada dos aspectos environmental, social and Governance (ESG) e, para a época, um "relato integrado" experimental.

Os resultados iniciais confirmaram as situações e preocupações apontadas em outras áreas de conhecimento em relação ao futuro do planeta e, curiosamente, o Brasil teve uma posição de destaque.

2. A situação privilegiada do Brasil em relação ao mundo

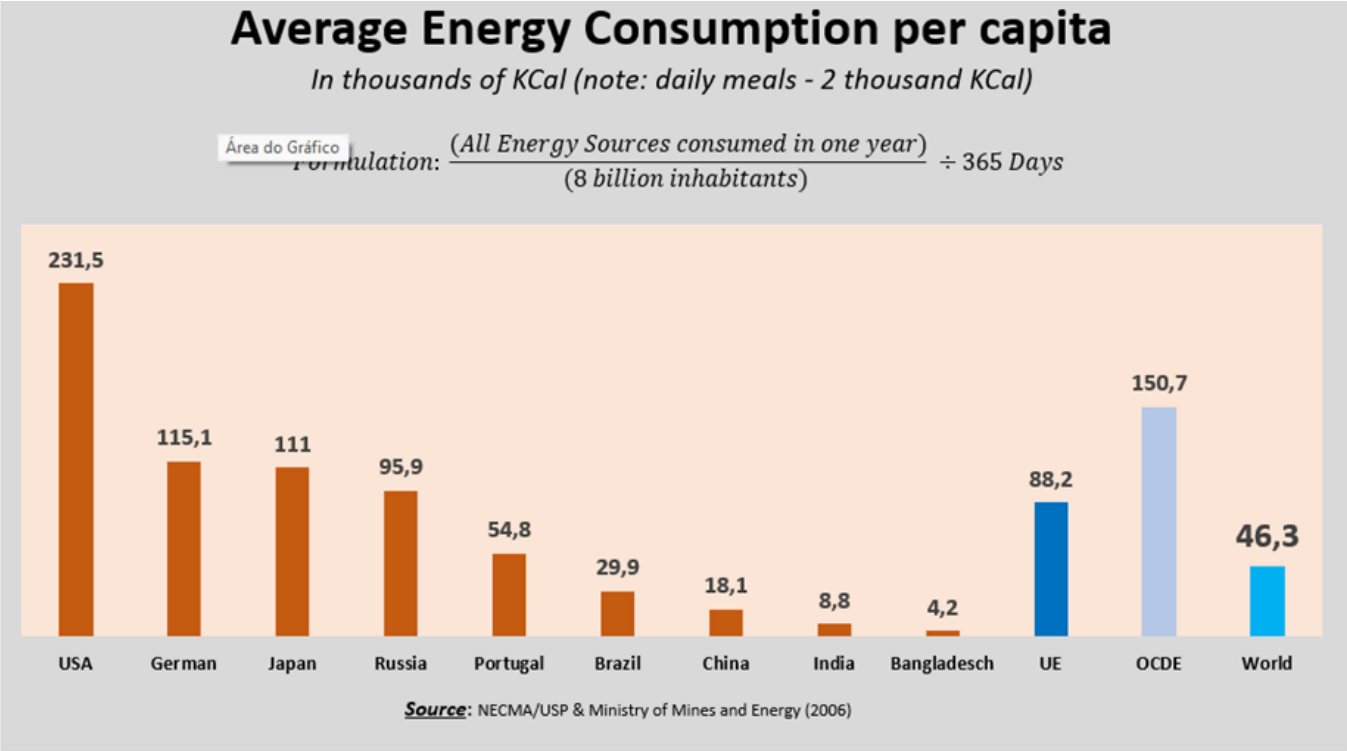
Brasil e Rússia são os únicos dois países a apresentarem Patrimônios Líquidos (PL) superavitários e os fatores determinantes foram suas biodiversidades e áreas florestais, com a função de sumidouros de carbono.

O Brasil tem a maior parcela (60%) das Florestas Amazônicas e a Rússia tem a Floresta Boreal, submersa no gelo, e é o dobro das florestas equatoriais amazônicas. Acompanhe os resultados a seguir.

E pasmem com esses números, enquanto a média mundial é de 46.3 mil quilocalorias (Kcal), o Brasil está abaixo (29.9), Alemanha e Japão superam a casa das 100 mil Kcal. A Índia e China, apesar de serem grandes consumidores de energia total, a média per capita é inferior à brasileira. Imagine se cada chinês tomasse um copo de leite por dia, ou se o indiano comesse um bife de boi regularmente?, seriam necessárias dezenas de Amazônias para equilibrar essas emissões.

Para se ter uma ideia, as refeições diárias de uma pessoa equivalem a 2 mil Kcal, e as médias dos países mencionados correspondem a todo o consumo energético, incluindo refeições, iluminação, refrigeração, aquecimento, internet, transporte, indústrias etc. Seria somar todo o consumo de energias num ano, dividir por 365 dias e, depois, dividir pelos atuais 8 bilhões de habitantes.

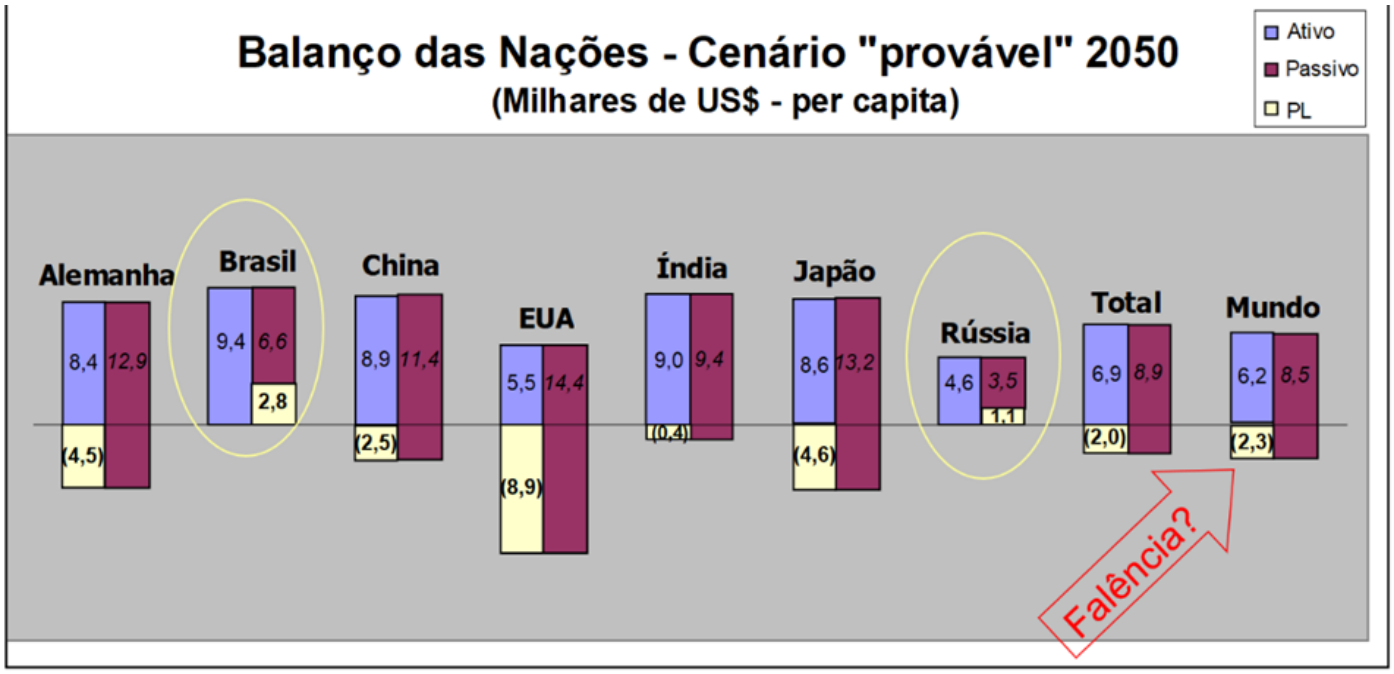
O consumo per capita dos EUA é absurdamente elevado (231.5) e só perdem para o Qatar (600). Quando outras pesquisas afirmam que o mundo não pode se basear no consumo de energia americano (e no nível de conforto equivalente), é isso que elas querem dizer: não seria possível.



A figura-1 mostra o consumo médio diário per capita de energia em Toneladas Equivalentes de Petróleo (TEP) dos cidadãos de cada país. Por ser uma medida equivalente, envolve o consumo de toda a energia consumida no planeta, quer seja petróleo, gás, carvão, eletricidade, eólica, solar etc.

A energia foi escolhida para fazer os cálculos de depreciações do PIB, pois representou a variável com maior correlação com níveis de conforto, qualidade de vida e de desenvolvimento humano (IDH). O Professor José Goldenberg (IEA/USP), um dos ganhadores do Nobel Blue Planet Prize, afirmou que é necessário, não apenas baixar o nível de consumo de energia dos países ricos, mas é primordial elevar o consumo dos países pobres para atingir um equilíbrio global (em torno de uma TEP per capita ano).

Como já foi dito, Brasil e Rússia são os dois únicos países que possuem legitimidade em créditos de carbono, os demais seriam "licenças para poluir". Cada um dos atuais 215 milhões de brasileiros representa um "crédito de carbono" de 2.8 mil dólares anuais, equivalente a um total de 600 bilhões de dólares por ano.



A figura-2 mostra os resultados finais e a posição dos países selecionados em uma amostra de sete países (Alemanha, Brasil, China, EUA, Índia, Japão e Rússia). O balanço global (Mundo) mostra que cada um dos atuais 8 bilhões de habitantes deveriam reservar 2.3 mil dólares anuais, para a mitigação e adaptação dos fenômenos de mudanças climáticas globais e, numa linguagem contábil, representa uma situação pré-falimentar.

Com base nessa pesquisa, a situação global do planeta será deficitária em meados deste século, equivalente a um quarto do PIB mundial por ano. Esse é o valor da "fatura" que cada um dos cidadãos do mundo deverão compartilhar nas próximas décadas, e com base numa equação injusta socialmente: segundo e economista britânico Nicolas Stern (STERN/2006): "não são aqueles que mais contribuíram com as emissões que vão pagar as contas; mas sim as regiões mais pobres e fragilizadas (em torno da linha do equador)."

É por isso que vale o alerta de que a ONU prioriza fundos para "mitigação", enquanto os países pobres precisam cada vez mais de ajuda para "adaptação" (secas, enchentes, epidemias, infraestruturas, ondas de calor, etc.).

E veja a situação "privilegiada" do Brasil: é o país com a melhor distribuição de sua matriz energética, com mais de 40% de energias renováveis; enquanto a média mundial é de apenas 10%. Imagine ter que reconstruir a estrutura dos países mais desenvolvidos, isso vai ser muito difícil, por isso eles tendem a usar ao máximo suas reservas de carvão e de petróleo.

No caso do Brasil, veja o

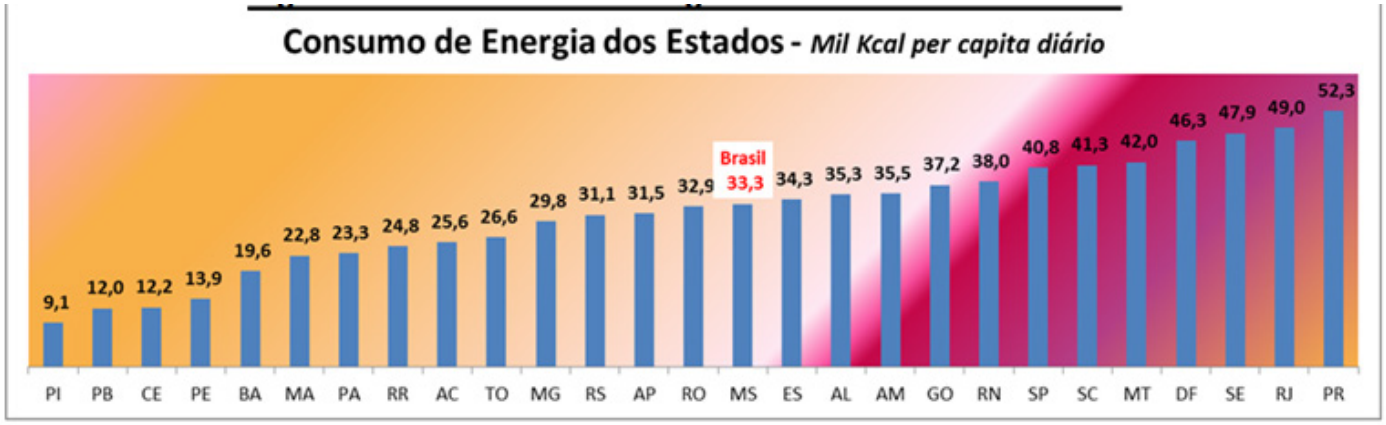
lado "copo cheio" da situação da pobreza: teoricamente é mais fácil construir daqui para frente, de forma mais sustentável e levar um pouco mais de conforto e de qualidade de vida para as regiões mais vulneráveis, como as regiões norte e nordeste, apontadas no relatório "Economia da Mudança do Clima no Brasil" (EMCB/2010).

Atualmente o PIB brasileiro é da ordem de 1.7 trilhões de dólares e, se considerarmos os superávits dos estados brasileiros que abrigam as florestas amazônicas, chega-se a um PIB total de quase 4 trilhões de dólares. Isso é o que recomenda o Relatório The Imperative to Act (BPP/2012): considerar dimensões ambientais e sociais numa medida de PIB amplo. Se o mundo já estivesse nesse estágio ESG, o Brasil estaria na frente dos EUA, p.ex., pois a depreciação do seu PIB é muito grande.

Todos esses aspectos deveriam ser considerados nas negociações comerciais, internacionais e interestaduais, como políticas de pagamentos por serviços ambientais (PSA).

3. Como está a situação ambiental dos Estados Brasileiros?

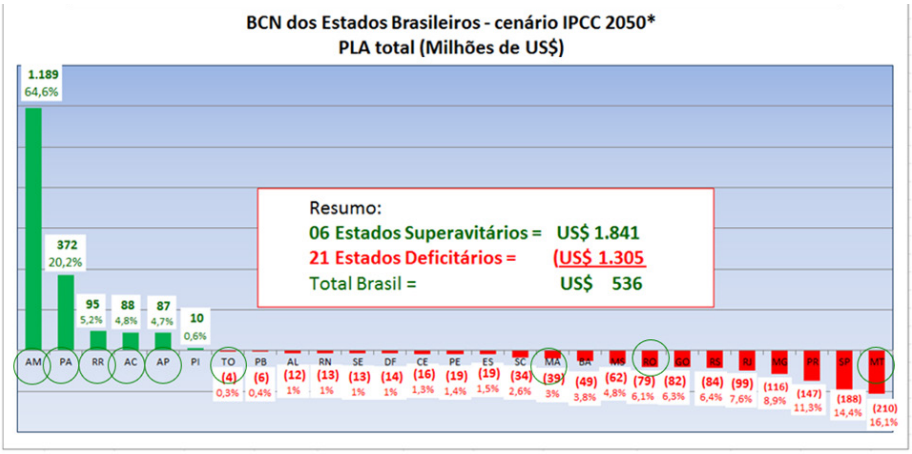
São Paulo não é o estado brasileiro que tem o maior consumo de energia per capita diário, vejam a seguir quem são os campeões. Nesse novo estudo (FELTRAN et ali/2012), a média de consumo de energia (33.3 mil Kcal) foi refinada com informações internas. Note a correlação com os níveis de riqueza ou de pobreza.



A figura-3 mostra o ranking de consumo per capita diário das 27 unidades federativas do Brasil, seis estados brasileiros estão à frente de São Paulo e vale refletir sobre isso, como é o caso de Sergipe.

Colegas de alguns desses estados questionaram esse ranking, alegando que há muitas usinas que produzem energia destinadas para indústrias e não para as comunidades. E, pior ainda, que os produtos dessas indústrias são destinados para outros estados ou para o exterior. Isso é uma realidade e também deve ser considerado nas políticas públicas.

Nesse cenário para meados do século, Mato Grosso (MT) está à frente de São Paulo, confirmando suas ações nas últimas décadas de cresci-



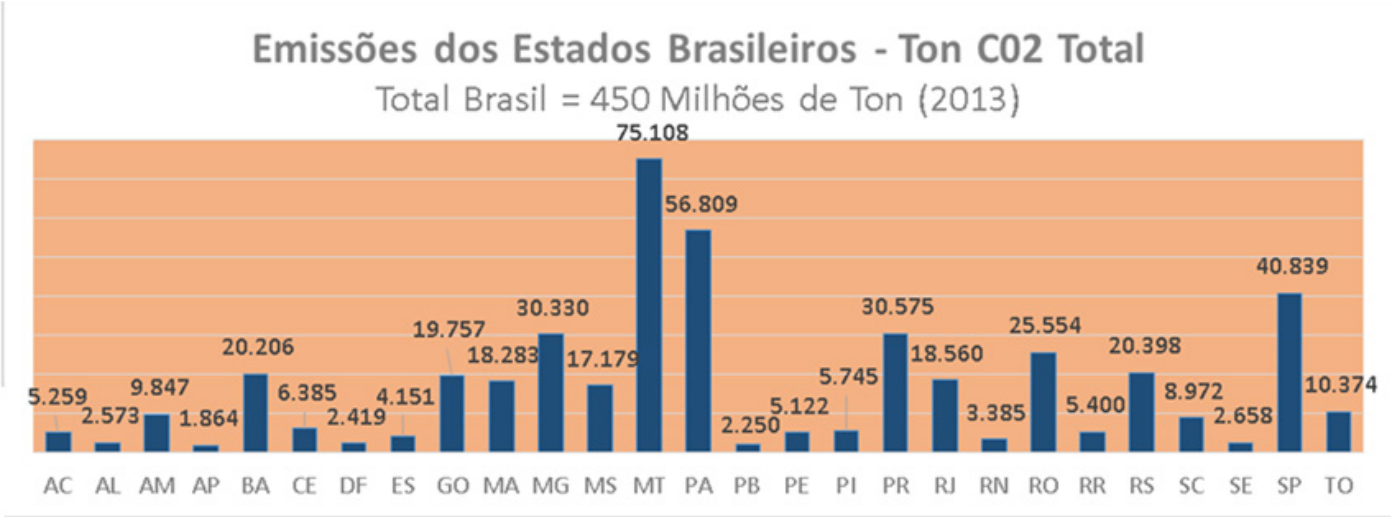
A figura-4 mostra o resultado da análise dos 26 Estados Brasileiros e de seu Distrito Federal e a interpretação é um pouco diferente da análise do Brasil como um todo. Veja que a maioria dos estados são "deficitários" e estão na mesma direção de países em desenvolvimento, tendo como mote o desenvolvimento econômico baseado em modelos poluentes.

mento econômico, baseado no aumento da agricultura e pecuária, acompanhados de aumento no desmatamento de sua floresta amazônica. Assim como MT, Roraima (RO) e Maranhão (MA), que são depositários de florestas amazônicas, apresentam patrimônios líquidos "negativos", ou seja, suas emissões superaram as capacidades de seus sumidouros de carbono.

Na outra ponta (esquerda) estão os demais seis estados depositários de florestas tropicais e amazônicas, com saldos "positivos". Note que dois estados (Amazonas e Pará) são os que realmente sustentam a posição do Brasil como situação favorável. Temos que olhar com carinho para eles!

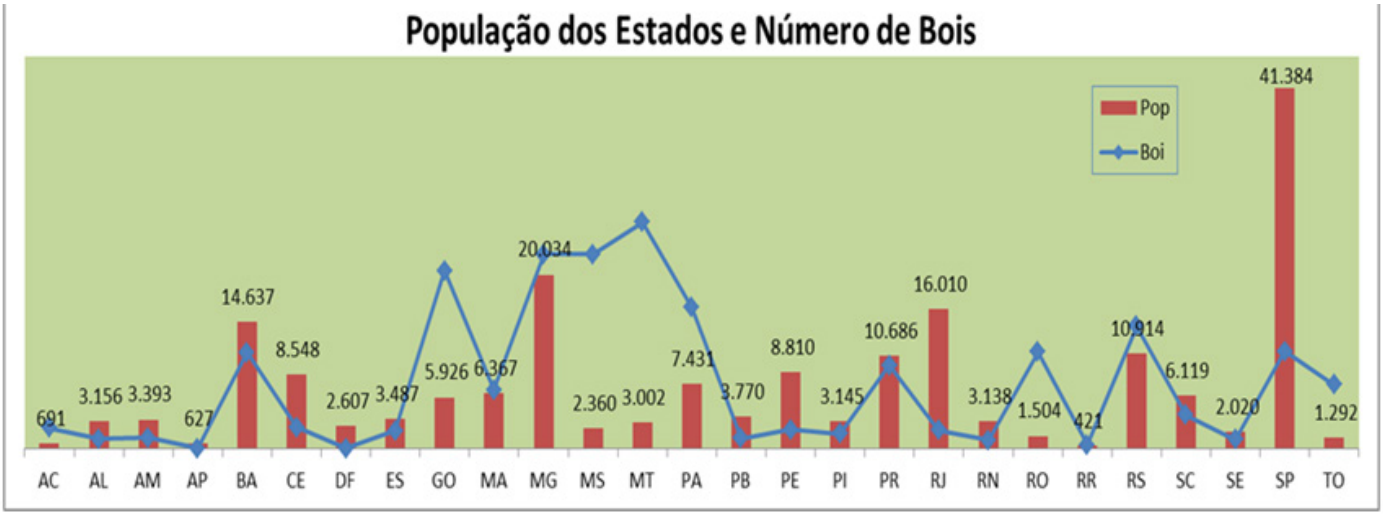
Esses seis estados (AM, PA, RR, AC, AP, PI) somam um superávit de 1.8 trilhões de dólares, contra um déficit de 1.3 trilhões de dólares das demais unidades federativas brasileiras, mas garante a condição do país de mais de 500 bilhões de dólares de superávits anuais.

A seguir, apresentamos alguns detalhes dos BCN desses estados, e com algumas curiosidades, a saber:



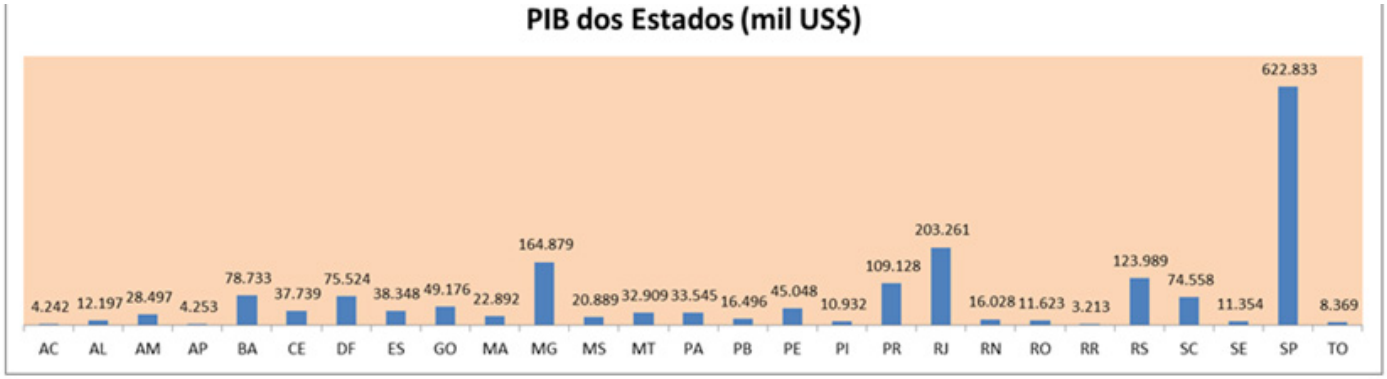
A Figura-5 evidencia os maiores poluidores ou emissões de gases de efeito estufa (GEE), Mato Grosso (MT) ultrapassou São Paulo, e o Pará já desmatou quase um terço de seu território, por causa da pecuária e do fácil acesso pelas estradas; ao contrário do estado do Amazonas que só tem rios e o acesso é dificultado pelos períodos de secas e enchentes.

A Figura-6 mostra o tamanho continental do nosso país, veja o tamanho dos Estados do Amazonas e do Pará. Muitos estados são bem maiores do que São Paulo, como Bahia, Goiânia, Maranhão, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul. A densidade demográfica é uma questão a ser discutida, no estado do Amazonas é de 2 pessoas por Km2, sendo que mais de 90% residem na capital.

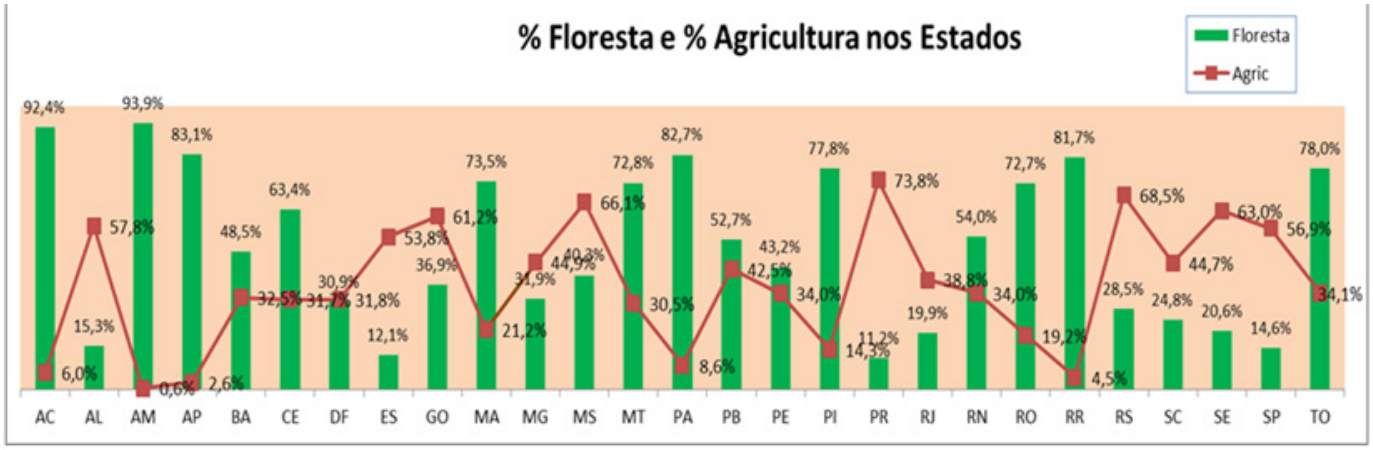


A Figura-7 evidencia uma situação bastante curiosa, veja que São Paulo tem mais gente do que bois; mas o Mato Grosso e Minas Gerais têm mais bois do que gente. E no Brasil tem mais bois do que gente!.

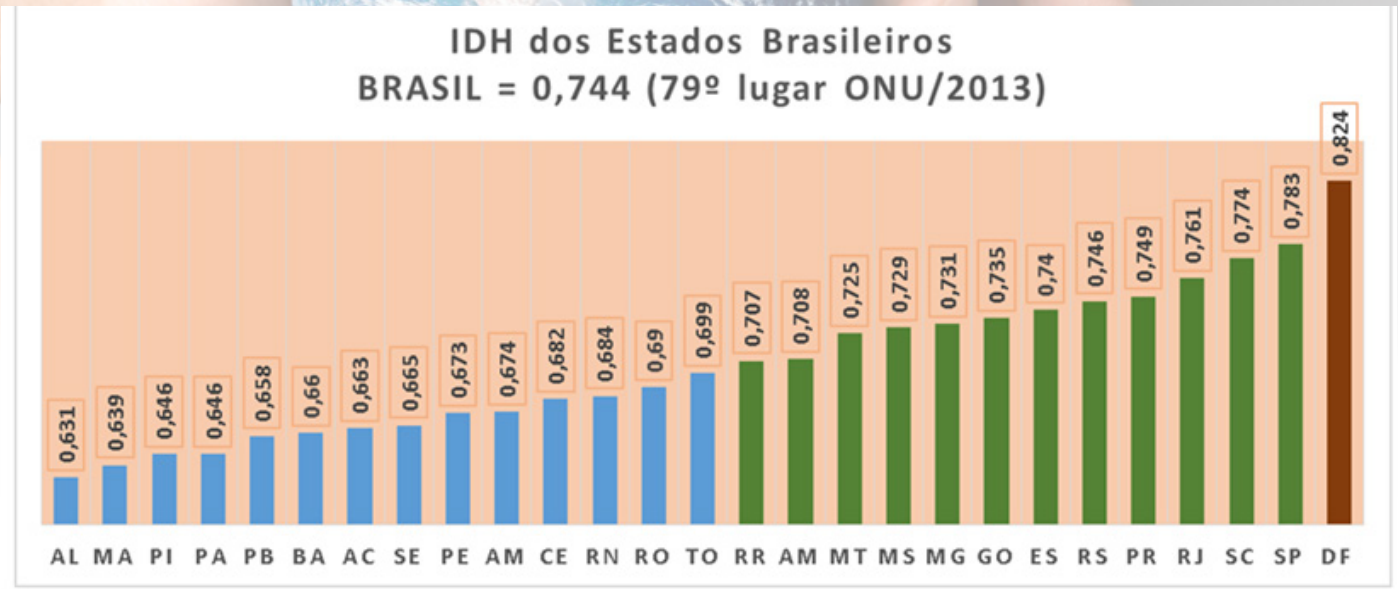
É comum, ao virem esses números, muitas pessoas afirmarem que é muito fácil resolver o problema da fome no Brasil: basta não comer carne, pois mais de 80% da agricultura não é destinada para a alimentação direta humana e nem para energia, mas para a pecuária (milho e soja).



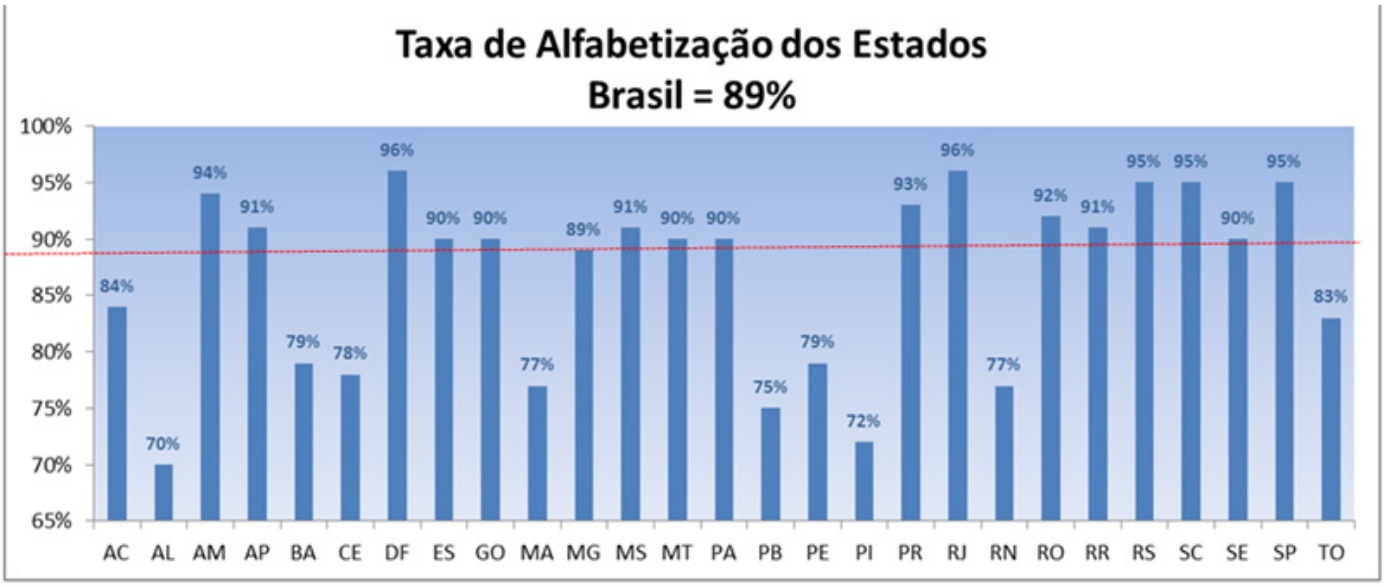
A Figura-8 mostra a importância do estado de São Paulo no cenário econômico do país, assim como da Bahia, Distrito Federal, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Conciliar crescimento econômico com ESG são os desafios futuros.



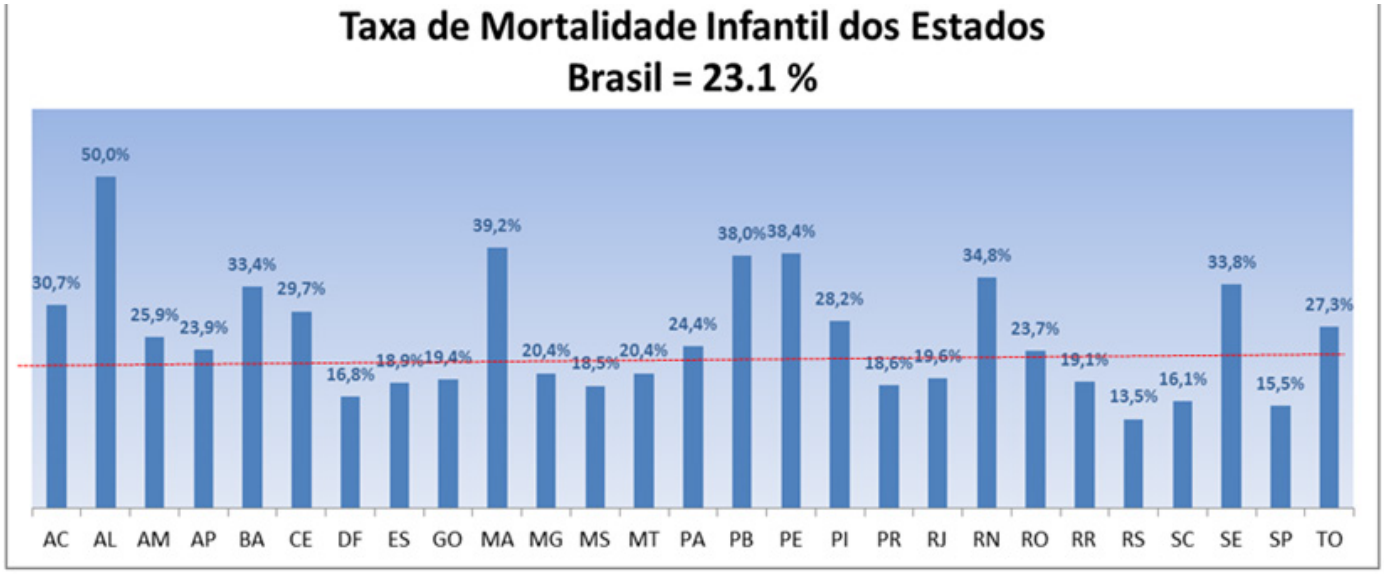
A Figura-9 evidencia que alguns estados, de certa forma, compensam seus desmatamentos com a reposição em agricultura, como é o caso de São Paulo. Resta analisar a efetividade desses novos sumidouros de carbono e, da questão "agricultura" como um todo.



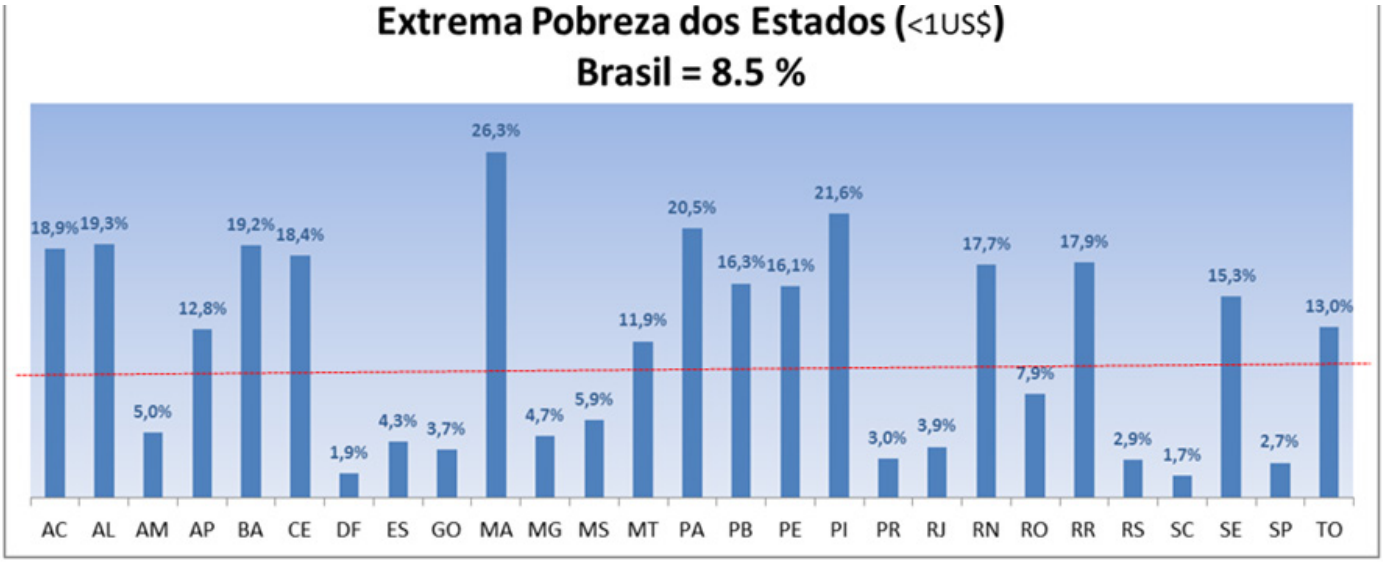
A Figura-10 destaca o índice de desenvolvimento (IDH) dos estados, que é composto a partir da expectativa de vida, educação e renda per capita. Distrito Federal e São Paulo estão na ponta, ao contrário de Alagoas e Maranhão.



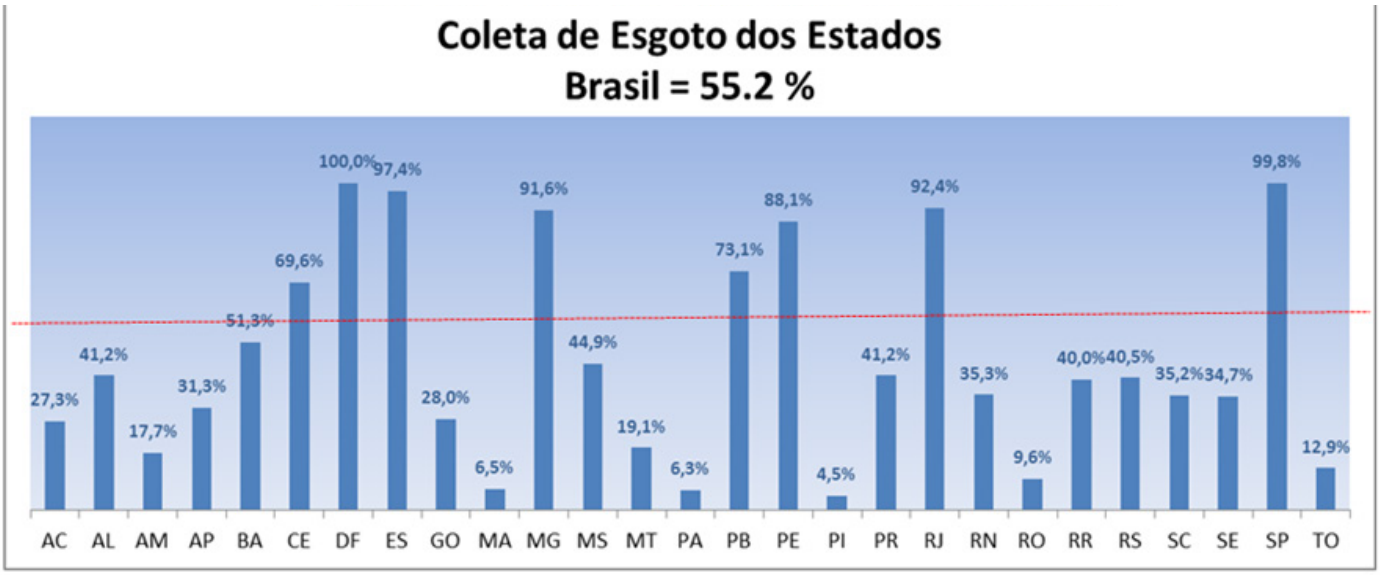
A Figura-11 mostra que o nível de alfabetização no Brasil melhorou nas últimas décadas, mas muitos estados ainda se encontram em níveis muito baixos, como Alagoas e Piauí.



A Figura-12 mostra que o índice de mortalidade diminuiu com a vigência dos Objetivos do Milênio (ODM), mas a taxa média ainda é alta e muito grave em estados do Norte e Nordeste. Os contrapontos seriam o controle da natalidade e a previsão de estagnação da população brasileira a partir de 2042.

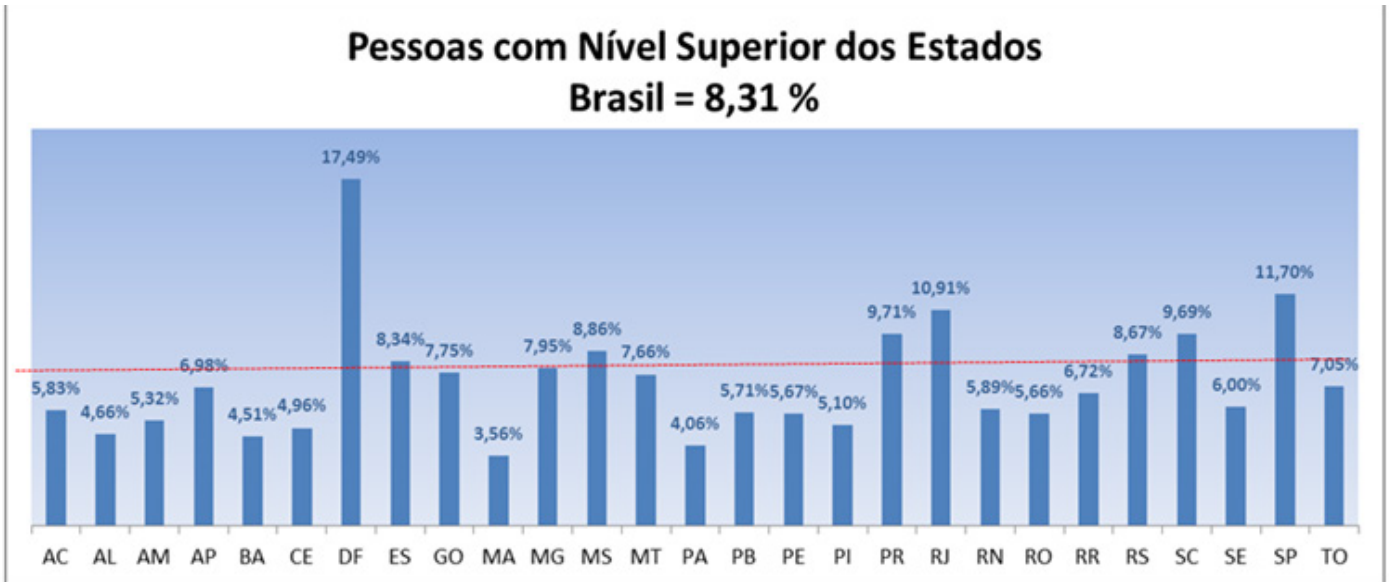


A Figura-13 mostra que o Brasil reduziu bastante seu nível de extrema pobreza, principalmente com a vigência dos ODM (2001 a 2015), mas a situação ainda é grave nas regiões Norte e Nordeste. E, como já foi discutido nas edições anteriores, é importante olhar para o conceito amplo que considera outros traços de pobreza e que atingem 60% da população.



A Figura-14 evidencia uma situação muito grave no país, a coleta de esgoto é negligenciado pelas políticas públicas. Veja, por exemplo, a cidade de São Paulo coleta 99% de seu esgoto, mas na realidade, menos da metade é realmente tratada e o resto é despejado no Rio Tietê das Marginais (segundo a própria Sabesp).

Se imaginarmos que o índice médio de coleta no Brasil é de apenas 55% (e não de tratamento), podemos imaginar o porque os rios brasileiros são considerados verdadeiras "cloacas". Com o advento da Covid-19, espera-se que as questões sanitárias sejam priorizadas e comecemos a divulgar os índices de "tratamento", em substituição aos índices de "coletas" de esgotos.



A Figura-16 mostra que o Brasil ainda é um país em desenvolvimento, com índices de escolaridade muito baixos, mesmo em unidades federativas como São Paulo e Distrito Federal.

É oportuno falar sobre uma iniciativa do estado de São Paulo que pode ser replicada por outros Estados. Além da USP-Unicamp-Unesp, surgiu uma quarta, a Universidade Virtual do Estado de São Paulo (UNIVESP), totalmente gratuita, com aulas virtuais na modalidade EAD. Seus professores e equipes de apoio possuem nível mínimo de doutorado, equipe técnica de qualidade (incluindo a TV Cultura) e, atualmente, possui mais de 70 mil alunos, e com tendência de ultrapassar as demais. (UNIVESP/2023)

Isso é um paradoxo que pode ser refletido em futuras edições, pois, apesar das mudanças dos hábitos alimentares, das práticas de agricultura e do ambiente em que vivemos, a expectativa média na década de 1960 era inferior a 50 anos.

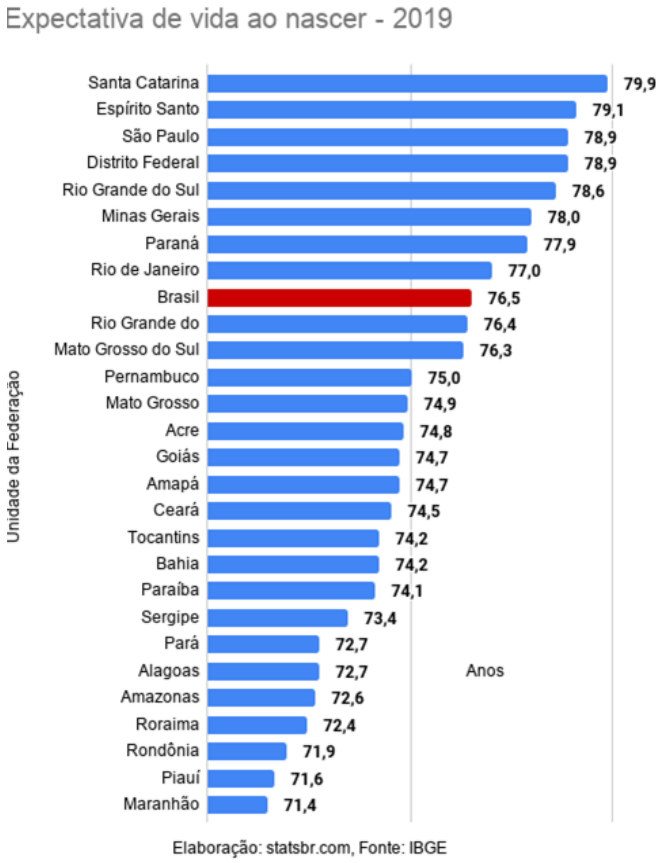
4. Considerações Finais

Concluindo esta edição, e tendo como visão a parte "cheia do copo", pudemos refletir sobre a situação possivelmente privilegiada do Brasil em relação aos desafios relacionados a um desenvolvimento amplo e sustentável. Nosso país pode ser o primeiro a cumprir integralmente as metas do Acordo de Paris – basicamente com a diminuição do desmatamento ilegal – e, quiçá, estejamos entre os primeiros a cumprir as metas dos 17 ODS, melhorando o nível de qualidade de vida, saúde, educação e cultura.

O Brasil é considerado um dos cinco "monster countries", expressão criada por Kenan (1993), diplomata americano que testemunhou muitos acontecimentos em seus 101 anos de vida. Considerando os riscos da humanidade (na época era guerra nuclear), apenas cinco países teriam condições de exercerem papéis importantes no futuro da humanidade: Brasil, Rússia, China, Índia e EUA.

Para integrar esse seleto grupo, é necessário cumprir duas vantagens competitivas necessárias à manutenção de economias avançadas e típicas de grandes potências: populações gigantescas e territórios continentais.

Por fim, o Brasil é depositário da maior extensão em florestas tropicais do mundo e, como já se discutiu em muitos fóruns, hoje as florestas em pé valem mais do que deitadas (Prof. Virgílio/2008). Enquanto a maioria dos países promoveram e incentivaram desmatamentos, hoje o conceito amplo de prosperidade inclui a preservação da natureza e levar prosperidade aos guardiões das florestas. Trata-se de uma grande e histórica inversão de valores do mundo moderno.



A Figura-17 faz com que muitos de nós pensem em se mudar para o Estado de Santa Catarina (SC), com o terceiro maior IDH (0.774) e a maior taxa de expectativa de vida (76 anos para homens e 83 anos para mulheres). Hoje a idade média no país é de 72 anos para os homens e de 80 para as mulheres e, certamente, os nossos filhos e netos irão viver num período de expectativa média superior a 100 anos. Quem de nós conhece hoje pessoas com mais de cem anos hoje?

José é professor da FEA/USP, FIPECAFI, UNIVESP e ENAP, doutor em Contabilidade Ambiental. Autor e coautor de duas centenas de artigos e de 15 livros, com destaque para Contabilidade Ambiental – Relato Integrado e Sustentabilidade (GEN/ATLAS, 2019). Coordenador do NECMA/USP/FIPECAFI – jrkassai@usp.br

Vania é professora da FUCAPE e NECMA/FEA/USP, doutoranda em Relatos Corporativos (FUCAPE), mestre em Contabilidade (IBMEC) e em Contabilidade Internacional IFRS (FIPECAFI). Membro do Accounting for Sustentability (A4S), diretora do International Ethics Standards Board for Accounting (ISAR/ONU), representante do IBGC no International Integrated Reporting Council (IIRC). Contadora do BNDES (1992-2020) e Coordenadora da Comissão Brasileira do Relato Integrado (CBARI) – vborgerth@gmail.com

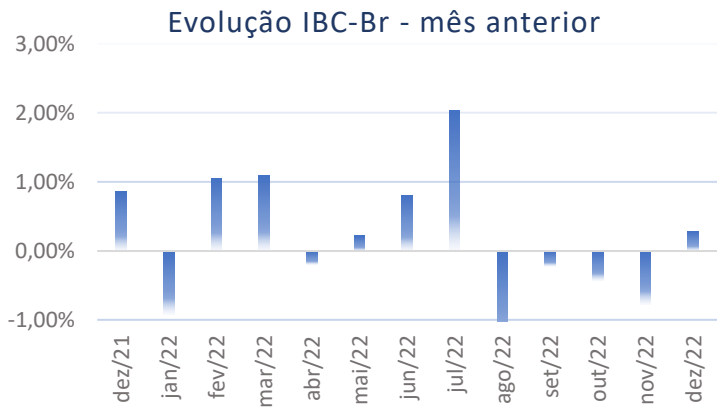
Eduardo é professor da FEA/USP, doutor em Contabilidade e Controladoria (USP), mestre em Ciências Contábeis (Fecap), graduado em Ciências Contábeis (Fecap) e em Ciências Atuariais (USP), pós-doutorado na FEA/USP e FGV/SP. Membro Advisory Council of IFRS Fondation, Board-member of the International Integrated Report Council (IIRC), membro do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e do Núcleo de Estudos em Contabilidade e Meio Ambiente (NECMA/USP) – eduardoflores@usp.br

Guillermo é professor da FEA/USP e da FIPECAFI, doutor em Controladoria e Contabilidade, graduado em ciências contábeis (FIPECAFI) e em ciências econômicas (Unicamp), auditor e conselheiro de diversas empresas, membro do Núcleo de Estudos em Contabilidade e Meio Ambiente (NECMA/USP) – braunbeck@usp.br

Fernando é professor da FEA/USP e FD/USP, doutor em Controladoria e Contabilidade (USP), mestre em Contabilidade (UFSC), graduado em Administração (EUA), em Contabilidade (UNIVALI) e em direito (UNIP). Diretor de pesquisas (FIPECAFI), membro do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e do Núcleo de Estudos em Contabilidade e Meio Ambiente (NECMA/USP) – murcia@usp.br

João é professor e pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Doutor em Desenvolvimento Econômico (Unicamp), mestre em Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável (Unicamp), graduado em Agronomia (UFPE e UEBA). Membro do NECMA/USP – joao.mangabeira@embrapa.br

Índice de atividade econômica do banco central (IBC-Br)

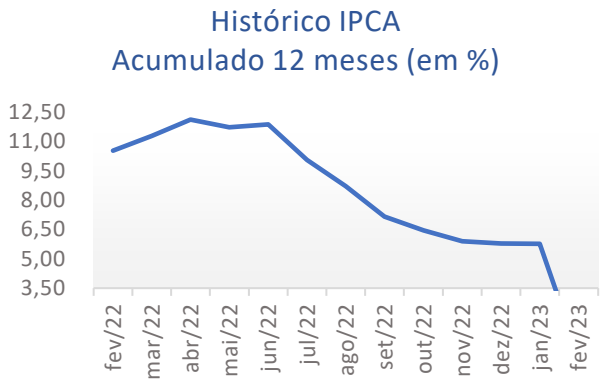


Mês	IBC-Br	% Mês Anterior
dez/21	140,80	0,86%
jan/22	139,51	-0,92%
fev/22	140,98	1,05%
mar/22	142,52	1,09%
abr/22	142,24	-0,20%
mai/22	142,55	0,22%
jun/22	143,69	0,80%
jul/22	146,62	2,04%
ago/22	144,59	-1,38%
set/22	144,27	-0,22%
out/22	143,65	-0,43%
nov/22	142,54	-0,77%
dez/22	142,95	0,29%

O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) divulgado para novembro de 2022 mostra queda de 0,55% nas atividades do mercado. A série de dados dos últimos meses foi revisada com leves alterações. Considerando os últimos 12 meses finalizados em novembro de 2022, o IBC-Br ainda indica um crescimento de 3,15%. No ano o acumulado é positivo em 3,26%.

Índice nacional de preços ao consumidor amplo (IPCA)

O IPCA de fevereiro de 2023 registra o acumulado no ano de 1,37%, uma queda em comparação ao mes de janeiro. Já neste inicio de ano, verificamos uma alta para 0,84 ante 0,53 no último mês. No acumulado de 12 meses, o IPCA passou a ser de 5,60%, ante 5,77%% em janeiro.

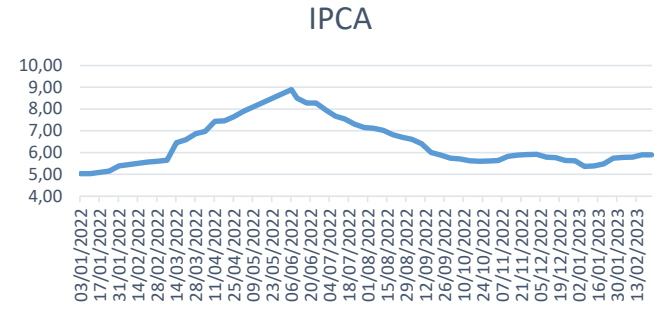


Resultado IPCA (em %)													
IPCA	Jan/22	fev/22	Mar/22	abr/22	mai/22	Jun/22	Jul/22	ago/22	set/22	out/22	Nov/22	dez/22	Jan/23
No Mês	0,54	1,01	1,62	1,06	0,47	0,67	- 0,68	- 0,36	- 0,29	0,59	0,41	0,62	0,53
No Ano	0,54	1,56	3,20	4,29	4,78	5,49	4,77	4,39	4,09	4,70	5,13	5,79	5,79
12 Meses	10,38	10,54	11,30	12,13	11,73	11,89	10,07	8,73	7,17	6,47	5,90	5,79	5,77

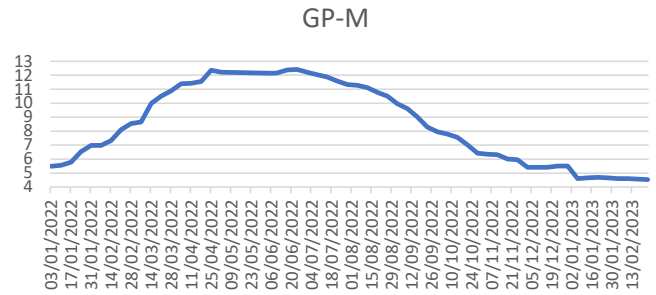
Fonte: IBGE

Evolução das expectativas de mercado (focus)

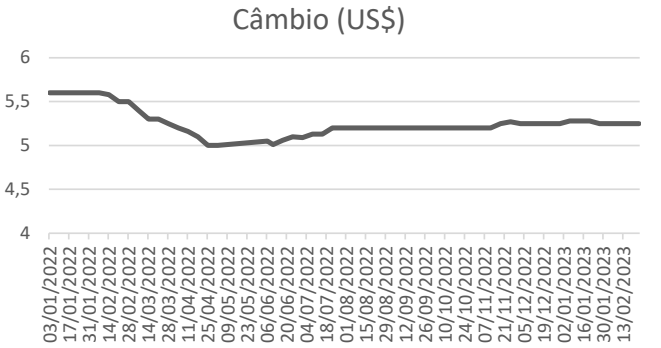
Para o PIB, os analistas vêm demonstrando estabilidade nas projeções do ano de 2023, que atualmente se encontra em 0,84%. Já a previsão para o indicador oficial da inflação observa alta, chegando neste início de mês a 5,90%.



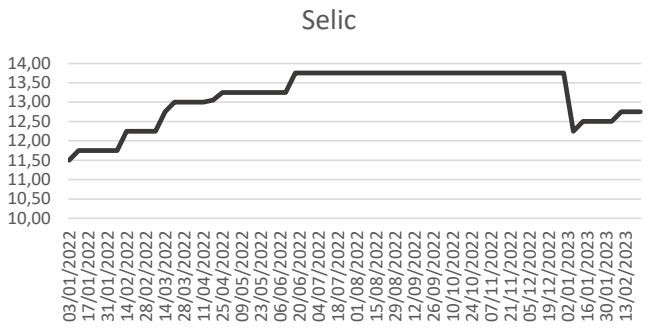
Fonte: BCB



Fonte: BCB



Fonte: BCB



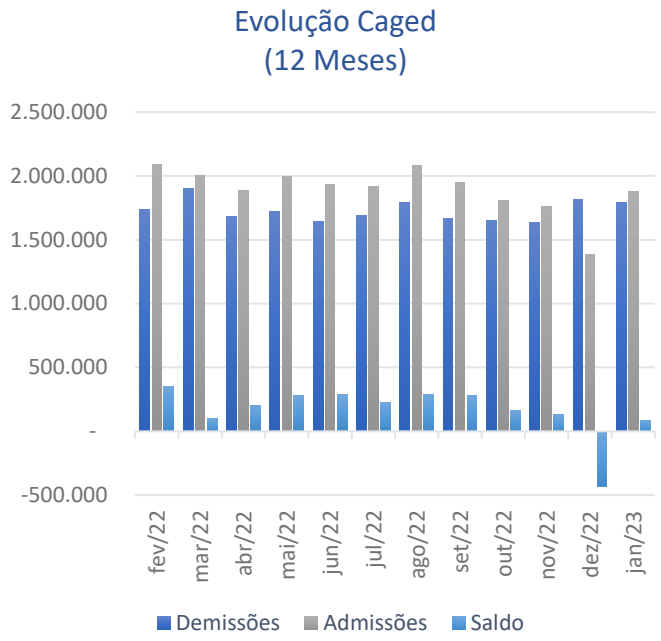
Fonte: BCB

Fonte: BCB

Sobre a Selic, a expectativa para este ano é de 12,75%, Por fim, a expectativa para o câmbio do dólar, após algumas variações se encontra estável em R$ 5,25.

Geração de emprego formal (Caged)

A economia brasileira iniciou o ano de 2023 com quase de 2 milhões de novas vagas no mercado formal.



Período	Demissões	Admissões	Saldo
fev/22	1.735.591	2.085.831	350.24
Mar/22	1.902.518	2.000.586	98.068
abr/22	1.679.353	1.882.723	203.37
mai/22	1.720.816	1.998.637	277.821
Jun/22	1.644.844	1.929.881	285.037
Jul/22	1.691.945	1.918.407	226.462
ago/22	1.789.055	2.078.696	289.641
set/22	1.667.153	1.946.217	279.064
out/22	1.648.355	1.811.259	162.904
Nov/22	1.632.924	1.763.469	130.545
dez/22	1.813.934	1.382.923	-431.011
Jan/23	1.790.929	1.874.226	83.297
Total	20.717.417	22.672.855	1.955.438

Para quase todos os meses do período analisado, os dados do Caged indicam admissões acima das demissões, com excessão do mês de dezembro/22, quando essa relação se inverte, indicando uma perda de 431 mil postos formais emprego. Os dados de janeiro invertem a tendência positiva iniciada em janeiro/22. Destaca-se também que o governo vem corrigindo constantemente os números do Caged, tendo em vista o delay existente no processo de informação sobre as admissões e contratações pelas entidades do mercado.

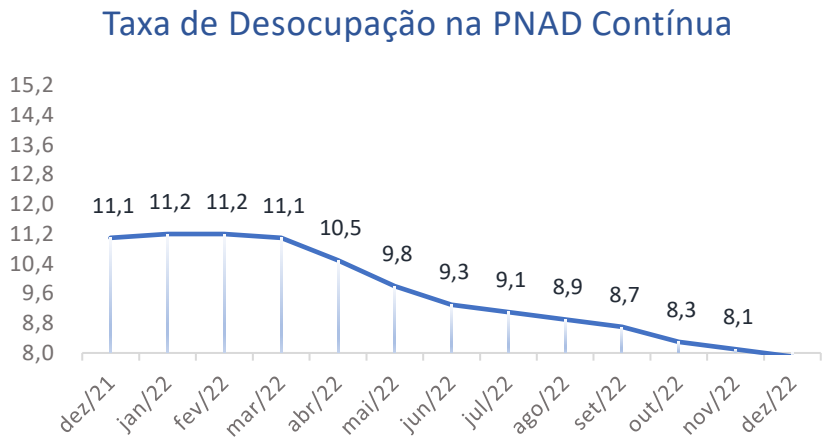
Resultados do Produto Interno Bruto (%)

Critério	1º TRI 21	2º TRI 21	3º TRI 21	4º TRI 21	1º TRI 22
No TRI / TRI imediatamente anterior	1,10	- 0,20	0,10	0,70	1,00
No TRI / mesmo TRI do ano anterior	1,30	12,30	4,00	1,60	1,70
Em 4 TRI / mesmo período do ano anterior	- 3,50	1,90	3,90	4,60	4,70
No ano / mesmo período do ano anterior	1,30	6,50	5,70	4,60	1,70

Fonte: MET

No quarto trimestre de 2022, o PIB brasileiro apresentou crescimento de 2,9%. Trata-se do sexto resultado positivo seguido após a queda do segundo trimestre do ano passado.

Evolução da força de trabalho (PNAD contínua)



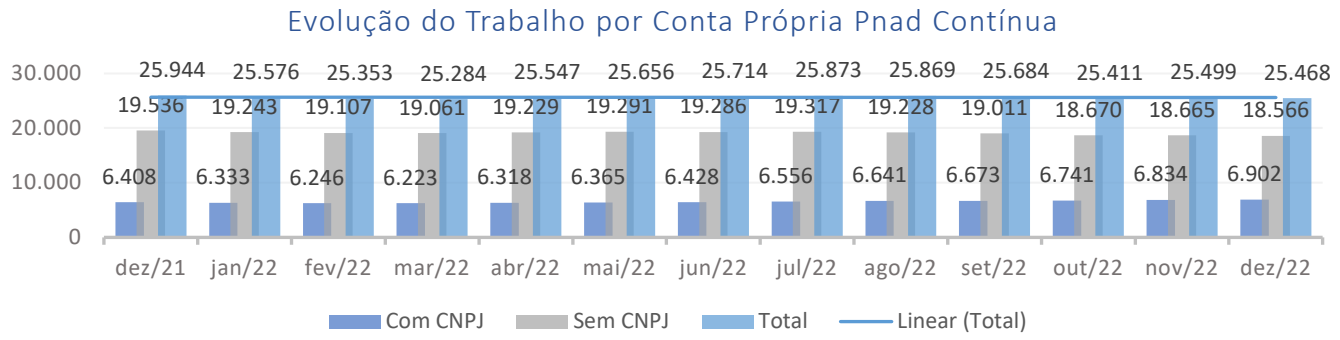
Após o primeiro trimestre de uma evolução mais lenta, trazendo sentimento de estabilidade no início de 2022, os números de maio a dezembro desenham um cenário de recuperação um pouco mais vigoroso.

Desocupação da economia brasileira

Tipo	dez/21	Jan/22	fev/22	Mar/22	abr/22	mai/22	Jun/22	Jul/22	ago/22	set/22	out/22	Nov/22	dez/22
%	11,1	11,2	11,2	11,1	10,5	9,8	9,3	9,1	8,9	8,7	8,3	8,1	7,9
Nº Absoluto (Mil pessoas)	12.011	12.048	12.016	11.949	11.349	10.631	10.08	9.882	9.694	9.46	9.022	8.741	8.572

Fonte: IBGE

O destaque fica para a taxa de desocupação em 7,9%%. O número absoluto de desocupados no mercado também vem apresentando queda mês a mês. Já a população ocupada é estimada em 99,7 milhões. O rendimento médio do trabalhador, por sua vez, vem demonstrando leves aumentos mês a mês.

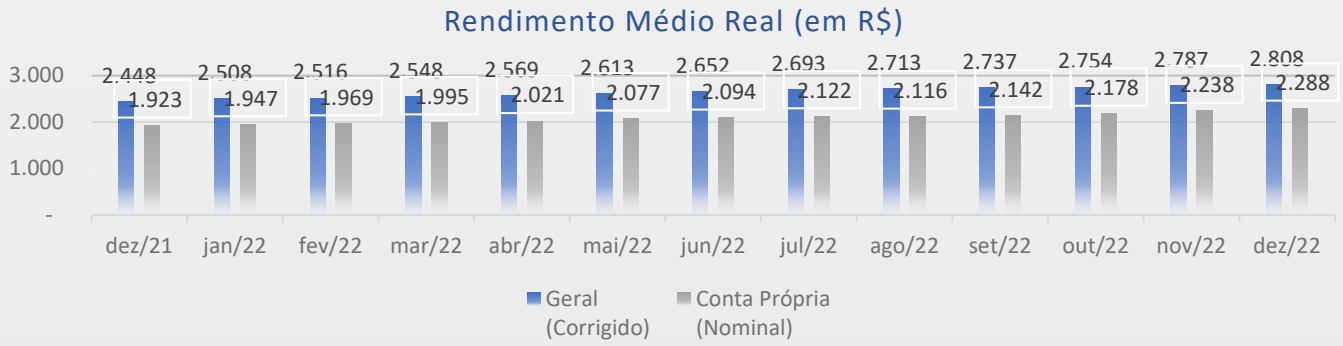


Categoria de trabalho por conta própria (em mil pessoas)

Tipo	dez/21	jan/22	fev/22	mar/22	abr/22	mai/22	jun/22	jul/22	ago/22	set/22	out/22	nov/22	dez/22
Com CNPJ	6.408	6.333	6.246	6.223	6.318	6.365	6.428	6.556	6.641	6.673	6.741	6.834	6.902
Sem CNPJ	19.536	19.243	19.107	19.061	19.229	19.291	19.286	19.317	19.228	19.011	18.670	18.665	18.566
Total	25.944	25.576	25.353	25.284	25.547	25.656	25.714	25.873	25.869	25.684	25.411	25.499	25.468

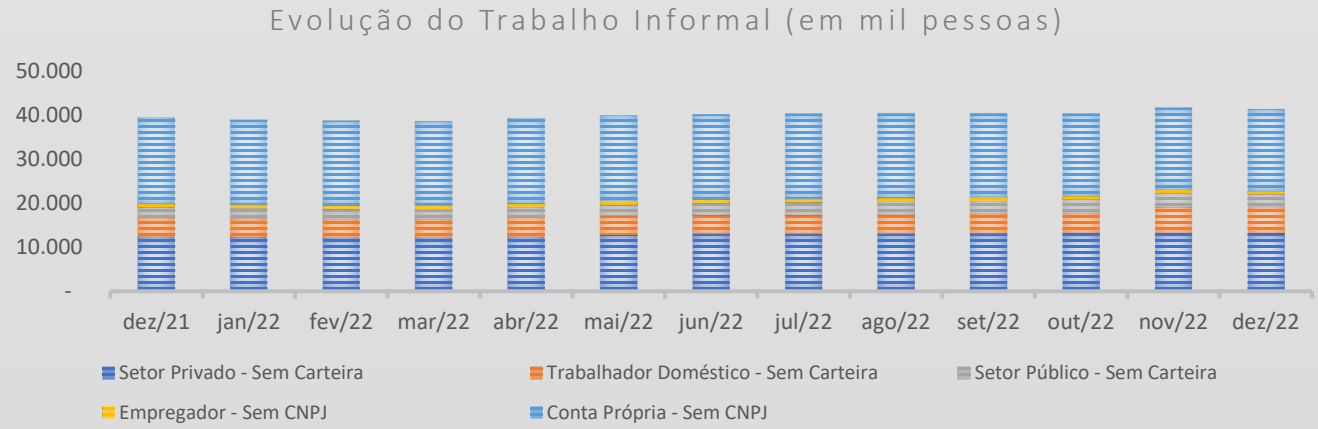
Fonte: IBGE

Rendimento médio real (em R$)													
Tipo	dez/21	Jan/22	fev/22	Mar/22	abr/22	mai/22	Jun/22	Jul/22	ago/22	set/22	out/22	Nov/22	dez/22
Geral (Corrigido)	2.448	2.508	2.516	2.548	2.569	2.613	2.652	2.693	2.713	2.737	2.754	2.787	2.808
Conta Própria (Nominal)	1.923	1.947	1.969	1.995	2.021	2.077	2.094	2.122	2.116	2.142	2.178	2.238	2.288

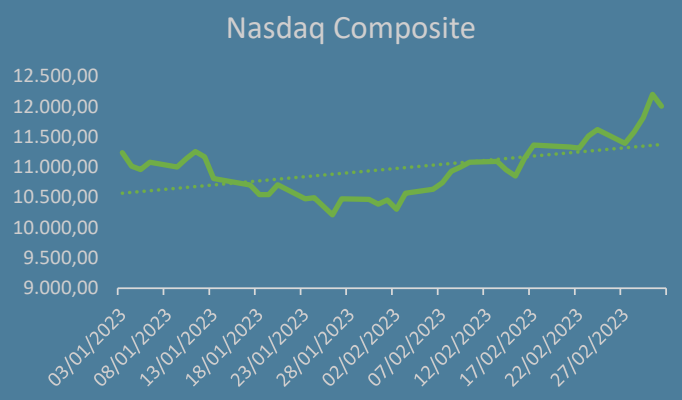


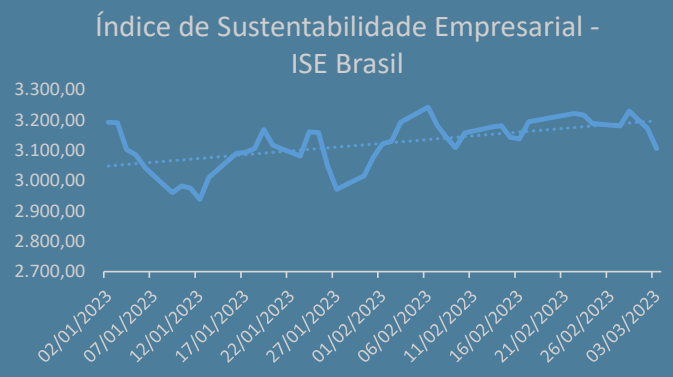
Já a população ocupada é estimada em 99,7 milhões. O rendimento médio do trabalhador, por sua vez, vem demonstrando leves aumentos mês a mês. O trabalho informal registrou crscimento e os números seguem expressivos. No mês de dezembro, última divulgação da Pnad Contínua, foram quase 42 milhões de trabalhadores na informalidade - incluindo a categoria de trabalho doméstico. Desse total, os trabalhadores por conta própria sem CNPJ somam mais de 18 milhões.

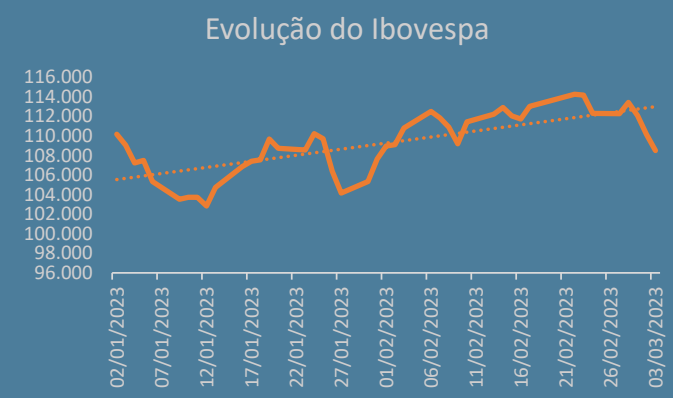
Evolução do trablaho informal (em mil pessoas)													
Categoria	dez/21	Jan/22	fev/22	Mar/22	abr/22	mai/22	Jun/22	Jul/22	ago/22	set/22	out/22	Nov/22	dez/22
Setor Privado - Sem Carteira	12.443	12.383	12.281	12.216	12.474	12.804	13.043	13.075	13.16	13.212	13.372	13.309	13.236
Trabalhador Doméstico - Sem Carteira	4.296	4.217	4.233	4.205	4.36	4.373	4.385	4.348	4.372	4.401	4.399	5.864	5.833
Setor Público - Sem Carteira	2.488	2.421	2.397	2.351	2.497	2.6	2.738	2.851	2.934	3.055	3.117	3.129	2.972
Empregador - Sem CNPJ	750	758	775	785	797	891	800	776	790	808	828	832	814
Conta Própria - Sem CNPJ	19.536	19.243	19.107	19.061	19.229	19.291	19.286	19.317	19.228	19.011	18.67	18.665	18.566
Total	**39.513**	**39.022**	**38.793**	**38.618**	**39.357**	**39.959**	**40.252**	**40.367**	**40.484**	**40.487**	**40.386**	**41.799**	**41.421**

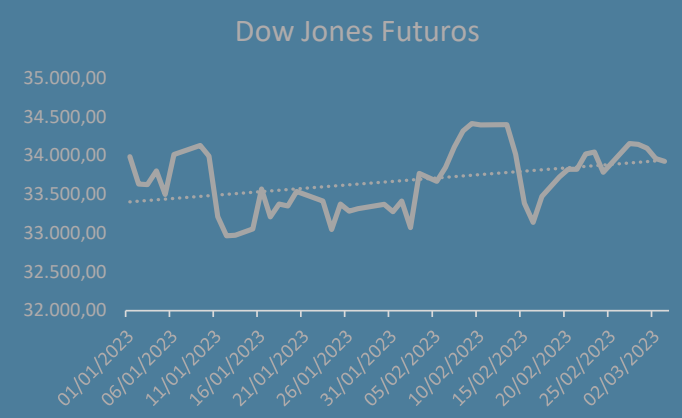


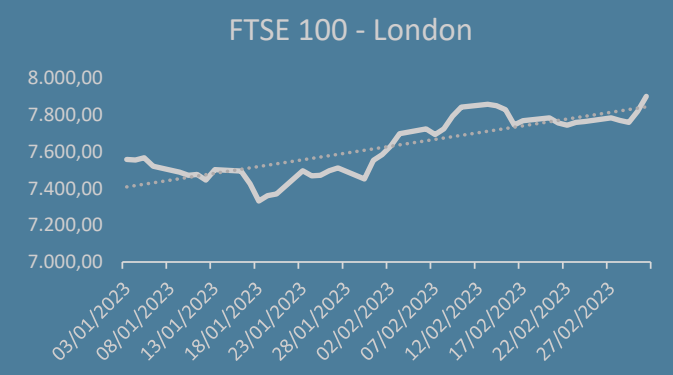
Desempenho do mercado de capitais



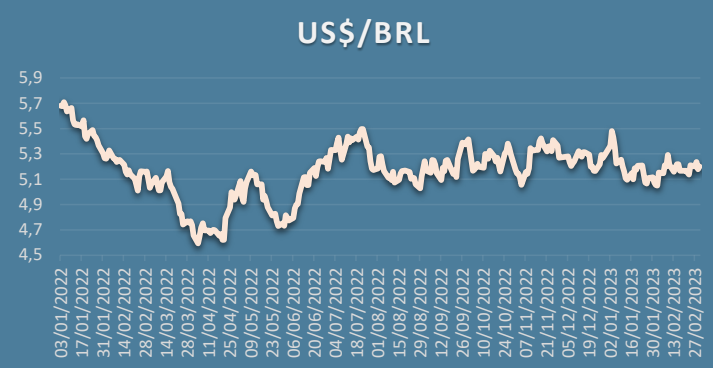


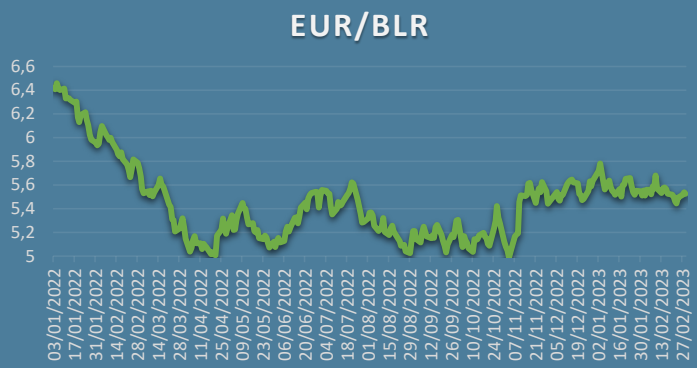






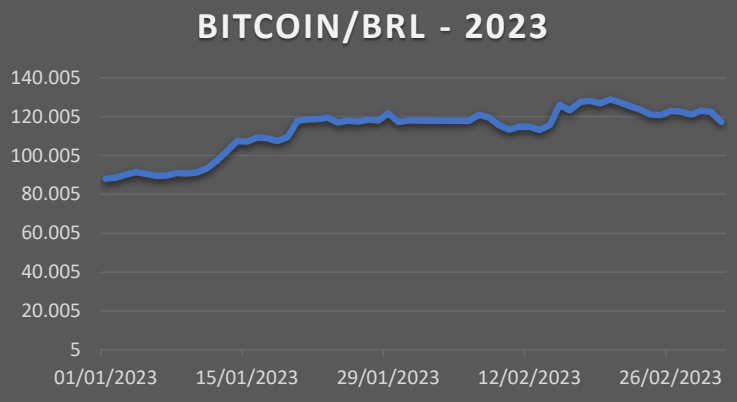
Câmbio

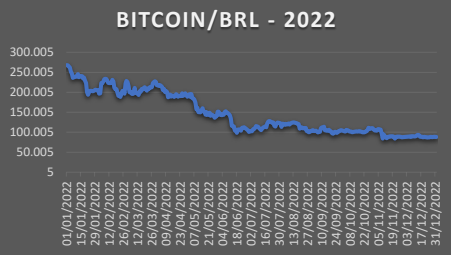


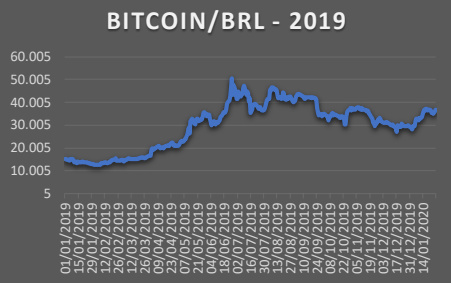


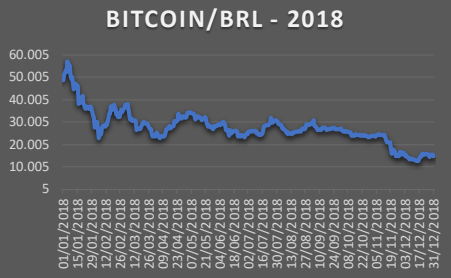
Criptomoedas

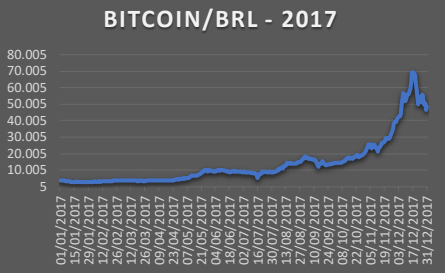
O Bitcoin teve grande valorização desde seu lançamento em 2017 chegando ao patamar de R$ 350.000 em novembro de 2021. Desde então, vem caindo sua cotação chegando à mínima em R$ 111.658 em seu pior dia de fevereiro de 2023.

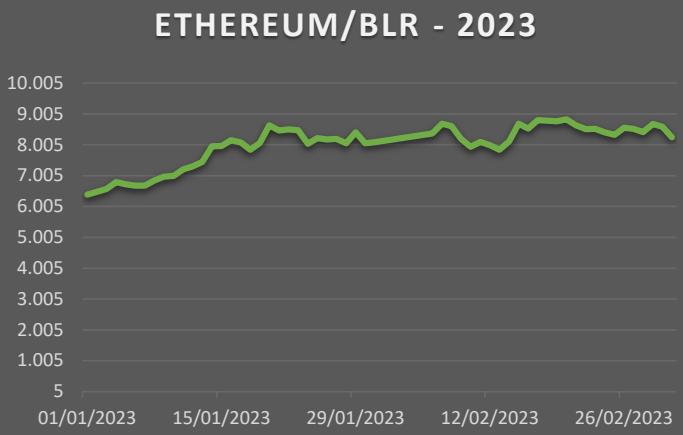


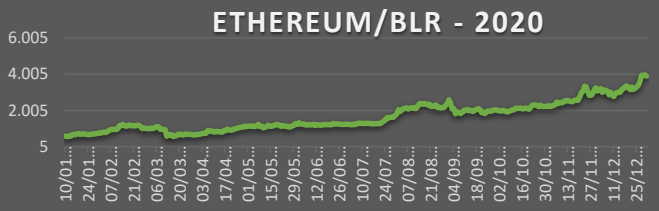


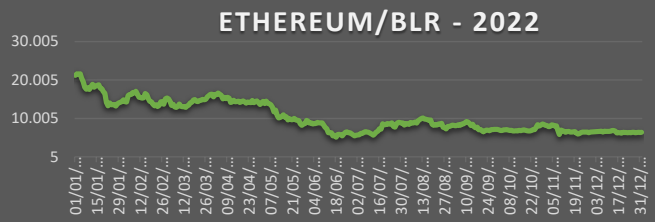


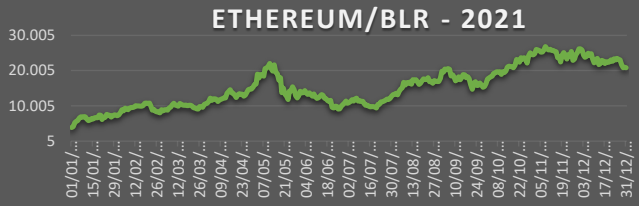












O Ethereum por sua vez, lançado em 2020, também chega a sua cotação máxima em novembro de 2021, R$25.880, e decresce em fevereiro de 2023 para a cotação mínima de R$ 8.039,79.

Macroeconômicas

16/Mar – Índice Geral de Preços 10 (IGP-10) e os componentes: IPA-10, IPC-10 e INCC-10 -

17/Mar - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Mensal (Pnad Contínua)

24/Mar - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA 15)

24/Mar - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA – E)

27/Mar - Sondagem do Consumidor

28/Mar - Índice Nacional de Custo da Construção Mensal (INCC-M)

28/Mar - Sondagem da Construção

29/Mar - Sondagem da Indústria

30/Mar - Sondagem de Serviços

30/Mar – Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) e os componentes: IPA-M e IPC-M -

30/Mar - Sondagem do Comércio

30/Mar - Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física – Brasil (PIM-PF)

31/Mar - Indicador de Incerteza da Economia Brasil (IIE-Br) -

31/Mar - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Mensal (Pnad Contínua)

03/Abr - Índice de Confiança Empresarial (ICE)

05/Abr - Índice de Variação de Aluguéis Residenciais (IVAR) -

05/Abr - Indicador Antecedente de Emprego (IAEmp) -

06/Abr - Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física – Regional (PIM – PF)

10/Abr – Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) e os componentes: IPA-DI, IPC-DI e INCC-DI - Março/2023

11/Abr - Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)

11/Abr - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)

12/Abr - Pesquisa Mensal de Comércio (PMC)

Ficha Técnica

HEAD EDITORIAL
Edgard Cornacchione

HEAD DE PESQUISA
Fernando Dal-Ri Murcia

RELAÇÃO COM O MERCADO
Gabriel Emir Moreira e Silva

JORNALISTA
Fernanda Araujo S. Zambianco

SÉRIES E DADOS
Marcelo Souza

ESTAGIÁRIO DE JORNALISMO
Victor Boscato

DESIGN
Bruna Coelho Cruz

denarius.info

/boletimdenarius

denarius@fipecafi.org

@BoletimDenarius

@BoletimDenarius

Este Boletim foi elaborado pelo corpo técnico do Denarius, a partir de estudos internos e com informações de mercado divulgadas por órgãos oficiais. O material é direcionado aos profissionais da área financeira que estejam interessados em compreender, de forma precisa e objetiva, a influência da Economia e do mercado no dia a dia de sua atuação. A FIPECAFI é uma instituição apoiadora do projeto, mas não possui responsabilidade técnica sobre as análises e informações aqui divulgadas.